

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 114
Janeiro – 2010

SUMÁRIO

- 3 **A difícil e esquecida questão do Saara Ocidental**
The hard and forgotten question of Western Sahara
PIO PENNA FILHO
- 6 **Estados Unidos: o desgaste na política externa**
United States: the fatigue in foreign policy
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES
- 8 **O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?**
Fukuyama's The end of history (1989-2009): what was left?
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
- 18 **Barack Obama e o Desafio da Liderança**
Barack Obama and the Challenge of Leadership
CRISTINA SOREANU PECEQUILO
- 21 **Haiti: Humanitarismo e Política Internacional**
Haiti: humanitarianism and international politics
JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA
- 23 **Sebastián Piñera – O Chile muda depois de vinte anos**
Sebastián Piñera – Chile changes after twenty years
JOÃO BOSCO MONTE
- 25 **O lugar da China no comércio exterior brasileiro**
China's place in brazilian trade
DIEGO PAUTASSO
- 28 **O surto rearmamentista na América do Sul;**
The outbreak of rearmament in South America
ELÓI MARTINS SENHORAS
- 31 **Um Novo Começo para o START? Os EUA, a Rússia e a Proliferação Nuclear**
A New Start for Start? US, Russia and Nuclear Proliferation
CRISTINA SOREANU PECEQUILO; ALESSANDRA APARECIDA LUQUE
- 34 **Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea**
Securitisation and Dessecuritisation of Contemporary Amazon Forest
JOÃO NACKLE URT; ALEXANDRE FELIPE PINHO
- 36 **Oportunidades para Cooperar nas Relações Brasil-EUA**
Opportunities to cooperate in USA-Brazil relations
DIEGO ARAÚJO CAMPOS
- 38 **Do exército ao Itamaraty: a desarticulação do Estado brasileiro**
From Army to Itamaraty: the endanger the Brazilian state
JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
- 42 **Cinquenta anos do acordo de cooperação e segurança entre o Japão e os EUA: momento de reflexão**
50th Years of Treaty of Mutual Cooperation and Security Between Japan and The United States of America: Moment of reflection
ALEXANDRE RATSUO UEHARA
- 46 **Barack Obama, Ano I**
Barack Obama, the first year
ANTÔNIO LASSANCE
- 48 **A Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância de 2009 e o Brasil**
The 2009 Durban Review Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance and Brazil
BRUNA VIEIRA DE PAULA
- 51 **O Uruguai e o Mercosul: novos desafios de José Mojica**
Uruguay and Mercosur: new challenges of José Mojica
PEDRO ERNESTO FAGUNDES

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 114 – Janeiro – 2010

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2010 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arrais

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

A difícil e esquecida questão do Saara Ocidental

The hard and forgotten question of Western Sahara

PIO PENNA FILHO*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 3 a 5]

O Saara Ocidental é o único território continental africano que ainda não goza de independência. Trata-se de um problema que vem se arrastando desde 1976, quando os espanhóis deixaram a antiga colônia do Saara Espanhol e, na sequência, o Reino do Marrocos anexou o território, apesar dos protestos e da disposição da Frente Polisário, movimento criado em 1973 e que representa os interesses do povo saaráui, de continuar a luta contra o que entendem ser o novo opressor. Vale lembrar que na época da retirada dos espanhóis também a Mauritânia invadiu o território, disputando-o com o Marrocos, mas retirando-se poucos anos depois (1979). Esse é, portanto, um problema internacional antigo e que continua afligindo milhares de pessoas que são obrigadas a sobreviverem em campos de refugiados em condições precaríssimas.

Em termos econômicos o território não possui grande diversidade de recursos, embora o que possua seja mais do que suficiente para a sua exígua população. Os setores mais importantes resumem-se à exploração dos depósitos de fosfato e atividades de pesca, além da existência de algumas reservas de minérios de ferro. Todavia, especula-se sobre a possibilidade da existência de campos de gás e petróleo *off-shore*. Caso se confirmem essas reservas o panorama econômico do território pode mudar substancialmente.

O Saara Ocidental entrou na cena política internacional na fase tardia da descolonização, fato que teve implicações para o seu *status* atual. Assim como Portugal, a Espanha tentou estender ao máximo a sua presença em África, numa perspectiva compatível com o regime ditatorial franquista. Com o fim do regime, as autoridades espanholas retiraram-se do território

sem proceder à transferência do poder para o movimento autonomista aceito como representativo do povo saaráui, no caso, a Frente Polisário. A atitude dos espanhóis tornou a situação ainda mais complicada, uma vez que decidiram dividir a administração do território entre o Marrocos (Norte) e a Mauritânia (Sul), o que fez com que a Frente Polisário abrisse duas frentes de combate e derrotasse, por força das armas, a invasão mauritana. Isso foi possível, em parte, pela ajuda que o governo da Argélia concedeu à Frente e pela fragilidade do regime mauritano.

A guerra contra o Marrocos se prolongou por quase duas décadas até que o envolvimento das Nações Unidas fez com que houvesse uma tentativa de encaminhamento político para a questão. Nesse meio tempo muitas atrocidades foram cometidas de lado a lado (mesmo que de forma desproporcional) e o território virou, literalmente, um campo minado. Estima-se que foram enterradas no deserto entre 3 e 7 milhões de minas (de variadas procedências e tipos), dando ao território o indesejável título de possuir o mais longo campo de minas contínuo do mundo. Concomitante a isso, o governo marroquino ergueu um impressionante muro de areia com uma extensão de 2.500 a 2.700 km, conhecido como *The Berm*, isolando as áreas controladas pela Frente Polisário (aproximadamente 20%) do resto do país. Aliás, esse é mais um dos muros pouco conhecidos e que menos atenção despertou e desperta ao redor do mundo, malgrado seu terrível impacto sobre as populações autóctones (ao contrário, por exemplo, do estardalhaço e de uma certa espécie de *glamour* que se criou em torno do muro de Berlim). No período de guerra efetiva com o governo marroquino também foram erigidos pelo menos 4 campos de refugiados,

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP (piopenna@gmail.com).

cada um contendo cerca de 40 mil pessoas, que tiveram que sobreviver em condições ainda mais severas na difícil vida em regiões desérticas.

Em 1991, após vários anos de negociações entre a Frente Polisário e o governo do Marrocos, intermediadas pela ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da Resolução 690, estabeleceu a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso). O principal objetivo da Minurso era encaminhar o referendo para uma decisão política sobre a questão do território, que deveria ocorrer até janeiro de 1992, um cronograma considerado irreal tendo em vista a exigüidade do tempo para a tarefa complexa que era a de montar a lista de eleitores e preparar todo o processo de consulta numa região com infra-estrutura precária. Basicamente, a população do Saara deveria responder se desejava a autodeterminação com a criação de um novo país ou se preferia ser integrada ao reino do Marrocos.

A Minurso, todavia, nunca conseguiu criar condições efetivas para que o referendo acontecesse. Inicialmente havia divergências, sobretudo, com relação a quem estaria apto a votar. Os únicos dados populacionais disponíveis à época eram os que constavam no censo realizado pelos espanhóis em 1974, que revelava um total de 74.000 sauaris vivendo no território. Vale lembrar que esses dados eram duvidosos e certamente incompletos, uma vez que uma das características do povo saaráui é o fato de serem nômades. De toda forma, nas negociações iniciais, tomou-se por base esse número, porém com propostas de ajustes.

A Frente Polisário desejava incluir todos os que estavam vivendo no exílio, principalmente em Tindouf (principal campo de exilados saaráuis, localizado na vizinha Argélia), e que não estavam na lista original. Já o Marrocos queria acrescentar cerca de 200.000 pessoas no quadro de aptos a votar, boa parte delas enviadas ao território em 1975 num episódio conhecido com a "Marcha Verde", quando o governo marroquino estimulou a imigração de colonos a partir do Marrocos, numa deliberada tentativa de alterar a composição demográfica vigente à época do colonialismo espanhol.

A discussão de quem poderia participar do referendo se arrastou por anos e serviu como justificativa para que o referendo nunca fosse realizado, sobretudo por iniciativas do Marrocos, que entrou com um recurso atrás do outro para tornar mais pessoas aptas a votar (na verdade, um subterfúgio), além de ampliar o grau de exigências até o ponto de não admitir mais que na eventualidade da realização do referendo neste constasse a possibilidade de independência do território (o máximo admitido pelo monarca marroquino passou a ser uma relativa autonomia no âmbito do Reino).

A ONU ainda tentou retomar a discussão no final dos anos 1990 e nomeou o ex-Secretário de Estado norte-americano, James Baker III, como Enviado Especial das Nações Unidas para o Saara Ocidental. Pelo seu plano, conhecido como "Plano Baker", a proposta do referendo seria retomada e o seu cronograma, refeito. Mas, dessa vez enfatizando a consulta por maior autonomia do território, sem admitir, pelo menos inicialmente, a sua independência. De acordo com o Plano Baker, a região seria reconhecida como semi-autônoma e, num período de 4 a 5 anos se realizaria o referendo contando com a participação de todos os habitantes do território, que aí sim poderiam decidir pela independência, a autonomia no âmbito do Reino ou a integração ao Marrocos.

Tanto o governo marroquino quanto a Frente Polisário rejeitaram o plano. O Marrocos, como afirmado, não admitia mais a idéia de independência, aceitando no máximo a autonomia sob soberania marroquina. Já a Frente Polisário o considerava insatisfatório e insuficiente, além de observar que o mesmo fazia concessões demais para o governo do Marrocos. Vale ressaltar que na reformulação do Plano Baker, conhecido como Plano Baker II, de janeiro de 2003, este foi inicialmente rejeitado pelos dois lados, mas a Frente Polisário, pressionada pela Argélia e pela Espanha, e numa tentativa de quebrar o impasse do processo de paz, aceitou o novo plano, que de toda forma não foi implementado.

Na última década verificaram-se novas iniciativas que buscaram resgatar o espírito do referendo e o encaminhamento da questão do Saara Ocidental, mas sem nenhum resultado concreto. Isso se deve

em grande medida à falta de compromisso do Conselho de Segurança das Nações Unidas em se engajar efetivamente na solução da questão. Apoiado às vezes discretamente, às vezes mais abertamente, pela França e pelos Estados Unidos, ambos membros permanentes do Conselho, o governo marroquino continua mantendo-se inflexível na anexação pura e simples do território ou, então, sinalizando com uma vaga concessão de mais autonomia para o território.

A questão do Saara Ocidental já se transformou, pode-se dizer, num tipo de conflito esquecido, no qual as esperanças de uma solução vão se esvaindo lentamente, sem que ninguém tome, de fato, uma atitude concreta que leve a uma solução para o problema. Enquanto isso, o governo marroquino é acusado de violação sistemática dos direitos humanos sem que nada aconteça, inclusive segue mantendo-se como aliado dos Estados Unidos, da França e da Espanha. Apesar da presença de uma missão das Nações Unidas (aliás, de difícil definição), também nada de efetivo ocorreu na última década para a

realização do referendo, aparentemente o único caminho político para a resolução do conflito. O tempo parece estar jogando a favor do Marrocos, que em meio ao arrefecimento da questão no contexto da onda do “terrorismo” internacional, continua como poder dominante.

Recebido em 20/01/2010

Aprovado em 21/01/2010

Resumo: O artigo discute a questão do Saara Ocidental, a assim chamada última colônia africana. O objetivo é mostrar o estágio atual da questão e suas perspectivas.

Abstract: The article discusses the question of Western Sahara, the so-called the last African colony. The goal is to show the current status of the issue and its prospects.

Palavras-chave: África; Saara Ocidental; Conflito
Key words: Africa; Western Sahara; Conflict



Estados Unidos: o desgaste na política externa

United States: the fatigue in foreign policy

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 6 a 7]

Revigorado politicamente após a aprovação no Senado de sua proposta de reforma do sistema de saúde, a primeira significativa desde os anos 1960 – quando da gestão de Lyndon Johnson – o Presidente Barack Obama desfruta a oportunidade de alterar a sua política externa em 2010.

Lamentavelmente, ela é uma contrafação até o momento da de seu desgastado predecessor republicano, a despeito paradoxalmente da premiação do Nobel da Paz em 2009 – a mera migração de tropas do Iraque para o Afeganistão reitera tal posicionamento.

Desde os seus primórdios, a intervenção no Afeganistão, ainda em outubro de 2001, foi aceita oficiosamente pela comunidade internacional, em face do local principal de residência dos líderes do grupo perpetrador do ataque de 11 de setembro ao território norte-americano, dado que não havia sido o governo o agressor oficialmente – ademais, saliente-se que 15 dos 19 seqüestradores, daquele trágico dia, pertenciam à nacionalidade saudita.

Naquela época, Cabul hesitou em aprisionar imediatamente um ex-aliado dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, Osama bin Laden, nascido também na Arábia Saudita, a fim de logo extraditá-lo para Washington, tendo em vista que, em contato diplomático com Islamabad, sinalizou não vislumbrar, em um primeiro momento, vínculos consistentes entre aqueles terroristas e o círculo dele – a responsabilidade da investida seria assumida pelo saudita apenas em 2004.

Pressionado crescentemente pela opinião pública estadunidense para responder à agressão inesperada a duas cidades, o Presidente George Bush autorizou o bombardeio do Afeganistão dias depois da recusa do

governo local de entregar-lhe, até então, o suposto responsável.

A expectativa da Casa Branca era defenestrar os talibãs do poder em poucas semanas, o que se realizaria, e transformar novamente o país em um Estado aliado. Ano e meio mais tarde, a ação estendeu-se – desastrosamente – para o Iraque, momento em que se cogitou alargá-la até mesmo ao Irã.

Atualmente, menciona-se o Paquistão como alvo possível, embora ele esteja sendo um parceiro importante na oposição ao terrorismo local. Todavia, desagrada bastante a Washington a desenvoltura com que os talibãs circulam entre os dois países, em parte por causa de conexões religiosas ou étnicas.

Destarte, as forças armadas estadunidenses enviam aviões não tripulados, que desempenham missões de reconhecimento e de ataque naquela região, tendo por efeito mais o registro de mortes de civis – mesmo paquistaneses – que a contenção ao terrorismo. Justificam-se estes vôos como investidas seguras a núcleos terroristas.

Na prática, os falecimentos seriam execuções extrajudiciais, as quais não se permitem no ordenamento internacional mesmo em período de guerra – há, como base, a resolução nº 35 de dezembro de 1980 da Organização das Nações Unidas relativa ao tema, ainda que se refira a movimentações internas. De toda forma, poder-se-ia considerar o conjunto de tais ações como crimes de guerra.

Evoque-se que, em decorrência do resultado desfavorável da Guerra do Vietnã, conflito no qual a imagem dos Estados Unidos corroe-se muito, e das motivações da renúncia do Presidente Richard Nixon,

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@gmail.com).

o seu sucessor, Gerald Ford, assinou, em fevereiro de 1976, o Decreto nº 11905;

Baseado nas conclusões levadas a cabo pela Comissão de Estudo das Operações Governamentais com Respeito às Atividades de Inteligência do Senado – a chamada Comissão (Frank) Church – o seu teor visou a disciplinar a atuação da denominada comunidade de inteligência do Executivo, que compreendia nove segmentos.

Por intermédio dele, instituiu-se, de maneira clara, a proibição de assassínios políticos por servidores públicos norte-americanos. Duas gestões subseqüentes à de Ford reiterariam o seu conteúdo: uma democrata, a de Jimmy Carter; a outra, republicana, a de Ronald Reagan.

No entanto, durante o governo de George Bush, filho, houve uma interpretação diferente quanto ao tema. A restrição aos assassínios seria suspensa em tempos de confrontações, ainda mais se relacionada ao terrorismo, dado o direito de autodefesa, assegurado pela Carta das Nações Unidas.

Rememore-se que este entendimento jurídico fez parte de um rol maior de novas leituras acerca do comportamento do país diante de uma guerra – basta lembrar, por exemplo, o status concedido aos aprisionados, em especial aos remetidos à base de Guantánamo.

Independentemente da consideração feita em torno da legislação, as eventuais invasões fronteiriças, ainda que aéreas, minam o relacionamento entre Estados Unidos e Paquistão, o que dificulta ainda mais a colaboração com vistas a reprimir os grupos extremistas.

Diante do histórico de quase uma década de insuficientes resultados em solo afegão, o governo Obama tem diante de si a memoriosa oportunidade de encerrar finalmente a era das guerras republicanas, visto que nenhum de seus objetivos iniciais foi realizado – eliminação política dos talibãs e contenção duradoura do terrorismo.

Recebido em 21/01/2010

Aprovado em 22/01/2010

Resumo: o artigo trata da política externa dos Estados Unidos. Ele mostra o desgaste, por causa da possível violação da legislação internacional.

Abstract: the article talks about the American foreign policy. It points out the fatigue of American foreign policy because of the possible violation of international legislation.

Palavras-chaves: Estados Unidos; Afeganistão; Obama
Key words: United States; Afghanistan; Obama



O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?

Fukuyama's The end of history (1989-2009): what was left?

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 8 a 17]

1. O que restou, vinte anos depois, da tese controversa de Fukuyama?

No verão de 1989, a revista americana *National Interest* publicava um ensaio teórico – mais exatamente de filosofia da História – do intelectual nipo-americano Francis Fukuyama sobre os sinais – até então simplesmente anunciadores – do fim da Guerra Fria, cujo título estava destinado a deslanchar um debate ainda hoje controverso: “The End of History?”¹. Vinte anos depois, em vista das muitas críticas feitas naquela conjuntura – e ainda hoje – às principais teses do autor, vale a pena retomar seus principais argumentos e verificar se eles ainda conservam alguma validade para nossos tempos, que poderiam ser considerados como de pós-Guerra Fria, mas que alguns interpretam, ou consideram efetivamente, como de volta à Guerra Fria, ainda que sob novas modalidades (com uma Rússia singularmente diminuída e uma China hesitante em se posicionar como contendor estratégico dos Estados Unidos).

Antes, contudo, de ingressar numa descrição linear desses argumentos, qualquer que seja sua validade relativa ou absoluta para o tema que nos interessa – qual seja, o da natureza das opções abertas aos países em termos de reforma e desenvolvimento paralelos do sistema econômico e do regime político, que Fukuyama identificava com a redução dessas opções à democracia de mercado – cabe chamar a atenção para uma peculiaridade geralmente descuidada no debate anterior (e talvez atual) sobre a validade

das teses de Fukuyama, sobretudo por aqueles que recusavam, *in limine*, a essência mesma do argumento do autor. Esta peculiaridade tem a ver, basicamente, com um simples sinal diacrítico: o ponto de interrogação ao final do título, geralmente ignorado pelos críticos das teses de Fukuyama, e provavelmente também por aqueles que apóiam, em grande medida, o sentido dos seus argumentos. Ou seja, Fukuyama não fazia uma afirmação peremptória, mas levantava uma hipótese, a do final presumido da história, numa análise de corte essencialmente conceitual, ainda que fortemente embasada nos fatos históricos, e nunca pretendeu formular uma sentença de caráter terminativo, indicando um “congelamento” das formas possíveis de organização social, econômica e política. O interrogante básico de seu argumento tem a ver com a possibilidade de alternativas credíveis às democracias liberais de mercado, ponto.

O ponto de interrogação, por si só, tem o poder de dismantelar boa parte das críticas superficiais, embora ele não elimine uma discussão responsável sobre a essência de sua tese, que caberia discutir, após o resumo inicial de seus argumentos. A tese – vale a pena resumir desde o início – tem a ver com o caráter incontornável da democracia de mercado como sendo uma espécie de ‘horizonte insuperável de nossa época’, como poderia argumentar – mas a propósito do marxismo – Jean Paul Sartre, um dos estudantes, junto com Raymond Aron, da tese original de Hegel, através de Alexandre Kojève.

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984); diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro desde 1977; professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília – Uniceub; autor de diversos livros de história diplomática e de relações internacionais (pralmeida@mac.com).

1 Ver Francis Fukuyama, “The End of History?”, *The National Interest* (Summer 1989, p. 3-18), bem como seu livro sobre a questão: *The End of History and the Last Man* (New York: Free Press, 1992).

2. O que Fukuyama de fato escreveu?

A tese principal era a de que, após um século de emergência e declínio dos regimes fascistas e comunistas, de enormes turbulências políticas e de crises econômicas, de contestação intelectual e prática ao liberalismo econômico e político de corte ocidental, o mundo estava retornando ao seu ponto inicial, qual seja o do triunfo inquestionável – *an unabashed victory*, nas palavras de Fukuyama – do sistema liberal ocidental. Segundo ele, tratava-se de um triunfo da “idéia ocidental”, tornada evidente pela exaustão das alternativas viáveis ao liberalismo ocidental. Esse triunfo era mostrado, em primeiro lugar, pela disseminação da cultura consumista ocidental nos dois países mais importantes do ‘mundo alternativo’, a China e a União Soviética (cabe registrar, imediatamente, que em nenhum momento de sua análise, Fukuyama esperava a dissolução imediata do regime monocrático e o rápido desaparecimento do próprio império soviético). Como ele mesmo observou logo ao início do artigo, “a vitória do liberalismo ocorreu primariamente no domínio das idéias, ou da consciência, e é ainda incompleto do mundo real ou material”.

Mas como afirmou, logo em seguida, o próprio Fukuyama, “há razões poderosas para acreditar que é essa idéia que irá governar o mundo real *no longo prazo*” (ênfase original). Se aceitarmos o conhecido aforismo keynesiano, segundo o qual, a longo prazo, todos estaremos mortos, essa afirmação do cientista político americano o deixa inteiramente à vontade para acomodar quaisquer desenvolvimentos políticos e econômicos imediatos e de médio prazo, retirando sua responsabilidade sobre a validade de sua tese na perspectiva do cenário de curto prazo. Esse fato pode transformar sua tese principal no equivalente acadêmico dessas previsões de cartomantes ou adivinhos, que deixam a um futuro indefinido a realização de seus exercícios de futurologia amadora, mas caberia aceitar, em princípio, as premissas de Fukuyama como

uma proposta passível de discussão apoiada em metodologia rigorosa.

Em todo caso, seu texto engajava, a partir daí, uma discussão em torno das questões teóricas relativas à natureza da mudança histórica, processo que ele remonta a Hegel e Marx, sobretudo o primeiro, formulador da teoria do progresso na história universal.² O fim da história, na concepção hegeliana (tal como interpretada por Kojève), estava identificado com a afirmação dos princípios do direito universal à liberdade e da legitimação de um sistema de governo apenas com o consentimento e a aprovação explícita dos governados, o que foi chamado de “Estado homogêneo universal”. Uma vez que todas as contradições anteriores já teriam sido resolvidas com a aceitação e por meio do estabelecimento desse Estado – e como, para Hegel, o mundo real deveria corresponder ao mundo ideal, pelo menos aquele que figurava na cabeça do filósofo –, então não existiriam mais espaços para conflitos de maior escopo em torno da organização política desse Estado, restando apenas encaminhar e resolver os pequenos problemas da atividade econômica e da política corrente. O mundo se converteria, então, numa simples “administração das coisas”, segundo a frase de Engels para representar a situação das sociedades humanas na fase pós-socialista, quando supostamente já não mais existiriam a exploração dos trabalhadores e a dominação política sobre os homens.

Obviamente, Hegel não era tão simplista como a exposição acima poderia sugerir, sobretudo com esse ‘idealismo filosófico’ de equalizar o mundo ideal ao mundo real. Para o filósofo alemão – mais especificamente prussiano, talvez –, as contradições existentes no mundo real se formam a partir de um conflito de idéias, ou seja, de diferentes concepções sobre como deveria ser organizado o mundo real da política e da economia. As distinções entre um mundo e outro seriam apenas aparentes, posto que as idéias que encontravam abrigo na consciência dos

[2] Hegel não foi o primeiro, em termos absolutos; antes dele, filósofos escoceses (como Ferguson) e franceses (como Condorcet) já tinham debatido a idéia do progresso da civilização, muitas vezes numa perspectiva linear, seguindo a flecha do tempo; mas foi Hegel quem deu à idéia de progresso um sentido de necessidade histórica, que o fez situar-se no centro da evolução possível das sociedades humanas.

homens acabariam por se tornar necessidades do mundo real, fechando assim o ciclo de realização da idéia universal.³

A consequência prática dessa concepção seria a de que, posto que as democracias de mercado provaram sua capacidade de não apenas resistir aos desafios colocados por crises econômicas e por guerras devastadoras, mas também de atender aos requerimentos suscetíveis de trazer prosperidade e riqueza a todos os países que aderiram a seus princípios organizadores, elas estavam habilitadas a cumprir seu mandato hegeliano de realizar o ‘Estado universal homogêneo’, fechando, assim, um ciclo completo da história. À pergunta – sempre o ponto de interrogação – de saber se chegamos ao fim da história, deve-se agregar esta outra, sobre se existem contradições tão fundamentais na vida humana que não possam ser encaminhadas através de qualquer outra forma alternativa de estrutura político-econômica que não o liberalismo moderno de mercado. Não se trata de saber o que pode ocorrer, em termos práticos, na Albânia ou em Burkina Faso, mas o que importa, realmente, em termos de ‘herança ideológica comum da humanidade’.

Como indica corretamente Fukuyama, no decorrer do século 20, foram dois os desafios mais importantes ao liberalismo político e econômico: o fascismo e o comunismo. Ambos poderiam, na verdade, ser abrigados sob o conceito comum de regimes anti-ou aliberais, no terreno político, e sob o conceito de sistemas coletivistas no domínio econômico (embora o comunismo, ou o socialismo soviético, tenha sido muito mais ‘coletivista’ do que o fascismo). Tendo este último sido enterrado sob os escombros da Segunda Guerra Mundial, restava o comunismo, que, no momento em que Fukuyama redigia seu panfleto

hegeliano, ainda não tinha sido enterrado de vez. Essa recordação é importante: afinal de contas, na segunda metade de 1988 e o início de 1989, quando Fukuyama redigiu seu ensaio especulativo, Gorbachev ainda se debatia para implementar sua *glasnost* e sua *perestroika*, destinadas, como se sabe, não a enterrar o comunismo, mas a introduzir elementos de mercado em seu funcionamento efetivo, de maneira que a nova NEP sob o comando de um reformista do Partido Comunista pudesse assegurar a continuidade do sistema e do império; por outro lado, a China de Deng Xiao-Ping exibiu, naquela conjuntura, apenas 20% de sistema de mercado como *locus* da produção global do país e, ao que se sabe, a plutocracia do PCC pretende, até hoje, construir um fantasmagórico “socialismo de mercado com características chinesas”.⁴

Fukuyama não deixa de ironizar o fato de que entre os maiores opositores do marxismo e das economias coletivistas nos países ocidentais estão os ‘perfeitos materialistas’ de Wall Street, que cultivam o mais acirrado anticomunismo e não deixam de ser defensores de princípios similares aos dos marxistas. Como ele escreve: “A inclinação materialista do pensamento moderno é uma característica não apenas do pessoal da Esquerda, que podem ser simpáticos ao Marxismo, mas de muitos antimarxistas passionais também. De fato, existe na direita o que se poderia rotular de escola do *Wall Street Journal* do materialismo determinista, que relativiza a importância da ideologia e da cultura e vê o homem como sendo essencialmente um indivíduo racional, maximizador dos lucros. É precisamente esse tipo de indivíduo e a sua busca de incentivos materiais que aparece como a base da vida econômica nos manuais de economia.”

Não se trata de mera ironia gratuita, pois como lembra em seguida Fukuyama, é essa mesma

[3] Marx inverteu esse processo, como se sabe, mas apenas para converter o socialismo na realização necessária, em última instância, da idéia universal, uma espécie de fatalismo pelo lado da sucessão inevitável dos ‘modos de produção’, um conceito que ele cunhou e que ainda hoje é usado por discípulos, de modo geral, mas também por opositores dos próprios sistemas hegeliano e marxista.

4 Sobre essa verdadeira “contradição nos termos” – como disse Marx a propósito do sistema de Proudhon, exposto em *Filosofia da Miséria*, e criticado por ele em *Miséria da Filosofia* (1847) –, ver meu artigo: “Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China”, *Espaço Acadêmico* (ano 9, n. 101, outubro 2009, p. 41-50; disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8295/4691>).

escola do materialismo determinista de *Wall Street Journal* que aponta para os notáveis sucessos de países dinâmicos da Ásia nas últimas décadas como uma evidência da viabilidade da economia de mercados livres, com a implicação decorrente de que todas as sociedades poderiam conhecer desenvolvimentos similares se elas simplesmente deixassem as pessoas perseguirem livremente seus interesses materiais. O próprio Fukuyama aponta para os elementos “ideais” presentes nessa transformação e na ulterior transição do socialismo ao capitalismo, ao dizer que os dirigentes dessas fracassadas experiências do socialismo real já tinham constatado há muito tempo que o sistema simplesmente não funcionava. Registre-se que Fukuyama escrevia antes que o socialismo implodisse de fato e que os chineses formalizassem sua receita original de transição do socialismo ao capitalismo, com as justificativas teóricas disponíveis, o que foi feito apenas a partir de 1991-92.

3. Fukuyama tinha razão?

Na terceira parte de seu ensaio, Fukuyama se pergunta se atingimos, de fato, o fim da história. “Existem, em outras palavras, quaisquer ‘contradições’ fundamentais na vida humana que não possam ser resolvidas no contexto do liberalismo moderno, e que poderiam ser solucionadas por uma estrutura político-econômica alternativa? Se aceitarmos as premissas idealistas expostas acima, precisaremos buscar uma resposta a esta questão no terreno da ideologia e da consciência.” Seria verdade essa afirmação de Fukuyama, em sua época e ainda hoje?

A proposta de Fukuyama sobre o “fim da História”, apresentada com um suporte hegeliano aparentemente consistente, é de tão fácil aceitação, do ponto de vista intelectual, quanto desprovida de maior importância explicativa, do ponto de vista prático. Em sua roupagem puramente acadêmica, ela oferece um excelente terreno de manobras para divagações ‘inocentes’ sobre o “triumfo definitivo” do liberalismo ocidental. Quando se trata, no entanto, de – parafraseando a décima-primeira tese de Marx sobre Feuerbach – não mais “interpretar” o mundo, simplesmente, mas de “transformá-lo”, verdadeira-

mente, essa nova tese ‘jovem hegeliana’ perde-se em seu próprio ‘pântano’ ideológico.

Em outros termos, se a História realmente aproxima-se de seu final filosófico — isto é, se a Razão exauriu as possibilidades conceituais de explicar o Real — e se a organização formal do mundo material confunde-se com sua atual configuração histórica, isto não quer dizer que a história esteja perto de seu final concreto — isto é, que o Real tenha esgotado de vez as possibilidades práticas de ordenar o mundo em conformidade com o reino da Razão — ou que a organização material do mundo potencial esteja limitada a um determinado sistema sócio-político. Sem dúvida alguma, muito ainda resta a ser feito para que o homem comum possa trabalhar pela manhã, pescar na hora do almoço e dedicar-se à filosofia pela tarde, como queria o Marx hegeliano da juventude. Em todo caso, a maior parte da humanidade não foi ainda advertida sobre essas novas possibilidades de *épanouissement individuel*.

Para ser honesto com Fukuyama, sua tese é basicamente correta em sua aparente simplicidade propositiva: não há mais contestação ideológica possível – de origem ‘socialista’, entenda-se bem – à hegemonia filosófica, política e econômica do liberalismo ocidental. Este último emergiu claramente vencedor das contendas ideológicas do período de Guerra Fria; mas não apenas ideológicas, as práticas também: com efeito, o socialismo não foi ‘derrotado’ pelo capitalismo, de qualquer forma concreta e visível, ele simplesmente implodiu pela sua absoluta incapacidade de produzir, não mísseis nucleares, mas meias de nylon. Parodiando o autor da *Critique de la Raison Dialectique*, até se poderia adivinhar a brincadeira *outré-tombe* que, a propósito do liberalismo ocidental, Aron dirigiria contra Sartre: à diferença do marxismo, ela, sim, a economia liberal de mercado, teria se tornado o “horizonte insuperável de nossa época”.

É altamente improvável, porém, que Aron concordasse com a previsão de Fukuyama sobre os *états d’âme* associados a um liberalismo *fin-de-siècle*: uma clara época de tédio (*a very sad time, prospects of centuries of boredom*, como diz Fukuyama), marcada pela preocupação quase que exclusiva com exigências materiais, sem as experiências ‘heróicas’ ou ‘exci-

tantes' que todo período maniqueísta sabe suscitar. Relativamente pessimista – dotado de um *scepticisme serein*, preferiria dizer ele mesmo – no que se refere às realidades dos Estados e dos sistemas de poder existentes, Aron não alimentaria nenhuma ilusão quanto a que o alegre 'enterro do socialismo' operado na última década do século 20 pudesse conduzir a uma 'primavera das democracias' razoavelmente estável ou a uma versão atualizada da 'paz universal' prometida em meados do século 18 por um prelado francês, e um pouco mais tarde pelo próprio Kant.⁵

Em todo caso, a anarquia política característica da ordem inter-estatal contemporânea, bem como os enormes diferenciais de recursos e de poder entre os Estados, no quadro de um sistema internacional ainda fortemente hierarquizado, parecem garantir um "fim da História" bem movimentado para os atores que continuarem a participar desse cenário 'pós-socialista'. De fato, não é credível que disputas hegemônicas e conflitos de poder venham a termo apenas porque a superestrutura ideológica do sistema mundial foi transformada pelo súbito desaparecimento de um dos seus pólos, uma 'invenção' mal concebida de engenharia social, mais mal implementada ainda, que num certo momento fez 'tilt', deu dois suspiros e depois morreu, sem choro e sem vela (bem, ocorreram, sim, algumas lágrimas e condolências sentidas de algumas viúvas do comunismo e de órfãos do socialismo, aqui mesmo no Brasil).

Entendamo-nos bem: Aron certamente não se importaria em que os *aléas de l'Histoire* conduzissem a Humanidade a um *fin-de-siècle* bem pouco aroniano, isto é, livre de uma vez por todas da terrível ameaça do holocausto nuclear. Mas, para ele, a superação da *Machtpolitik* da era bipolar não significava em absoluto que as relações internacionais contemporâneas – e presumivelmente as do futuro próximo – passassem a ser desprovidas, mesmo num cenário multipolar, de todo e qualquer elemento de 'política de poder'. A despeito da crescente afirmação do primado do

direito internacional – ou seja, da 'força da razão' – a *Machtpolitik* continuaria a existir por largo tempo ainda, inclusive em seus aspectos mais elementares de exercício puro e simples da 'razão da força'.

A diferença está, provavelmente, em que, no cenário otimista traçado por Fukuyama, o desafio ideológico representado pelo socialismo – *the socialist alternative*, em suas palavras – simplesmente deixou de existir. Mesmo imaginando-se (no *l'au-delà*) o 'sorriso cético' de Raymond Aron – que, todavia, nunca reduziu o confronto inter-imperial a um mero enfrentamento ideológico –, não podemos descartar, de plano, a versão revista e melhorada por Fukuyama da tese de Bell sobre o 'fim das ideologias'. Para fins do argumento em espécie, isto é, para a conformação de nosso 'retorno ao futuro' do socialismo, a *differentia specifica* representada pelo afastamento do concorrente ideológico pode ser funcionalmente explicativa para justificar um futuro "estado universal homogêneo" ao estilo hegeliano.

Numa época em os modernos ideólogos identificaram, repetidas vezes, sinais de "fim das ideologias" (ou, agora, do próprio "fim da História"), perde-se facilmente a visão de como o elemento ideológico influenciou a construção do mundo contemporâneo. O Ocidente em geral, nos últimos setenta anos, e a Europa em particular, nos últimos quarenta anos, viveram sob o signo das relações Leste-Oeste. Sua face mais ameaçadora produziu o que, acertadamente, ficou identificado sob o conceito de "guerra fria". Depois de pelo menos quatro décadas de livre circulação, essa verdadeira *hantise* estratégico-ideológica parece agora ter-se finalmente encaminhado para o museu das antiguidades, ao lado do machado de bronze e da roca de fiar (como diria Engels).

A Guerra Fria entre as duas superpotências, que marcou indelevelmente toda a história da segunda metade do século 20, não foi, provavelmente, apenas um produto de ideologias conflitantes. Mas, foram certamente as racionalizações políticas e militares

⁵ Ver, a esse propósito, meu ensaio "Uma paz não-kantiana?: Sobre a paz e a guerra na era contemporânea", In: Eduardo Svartman, Maria Celina d'Araujo e Samuel Alves Soares (orgs.), *Defesa, Segurança Nacional e Forças Armadas: II Encontro da Abed* (Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 19-38; disponível: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1987PazNaoKantianaABEDbook.pdf>).

construídas a partir das “intenções malévolas” do concorrente estratégico que lhe deram uma dimensão jamais vista nas antigas disputas hegemônicas (seja entre os impérios da antiguidade clássica, seja entre os Estados-nacionais da era moderna). Mais que tudo, foi a crença ideológica – quase religiosa, podemos dizer – em uma missão histórica especificamente socialista, qual seja, a de enterrar não apenas o inimigo burguês, mas o próprio modo de produção capitalista, que exacerbou tremendamente o ‘conflito ideológico global’ (como diriam os generais da geopolítica), levando-o, em algumas ocasiões, ao limiar da escalada nuclear.

O afastamento da “espoleta ideológica” – a *iskra* leninista – do socialismo, antecipada pela tese sobre o “fim da História”, significaria agora que o mundo estaria encaminhando-se, finalmente, para uma era de paz (ou pelo menos de não-guerra)? Descartando-se a permanência dos chamados conflitos regionais e das guerras locais conduzidas por motivos étnicos ou territoriais, é provável que sim, mas, isto tem pouco a ver com o fim do desafio socialista: o abafamento das paixões bélicas nas sociedades contemporâneas é mais o resultado de mudanças substantivas na ordem econômica global do que devido a motivos de natureza política ou ideológica (a falência do socialismo, finalmente, não significou apenas a bancarrota de uma idéia, mas o esboroamento de todo um ‘modo de produção’).

Com efeito, querer responsabilizar a ideologia socialista pelas “guerras de religião” contemporâneas (algo de que não se pode acusar Fukuyama) nada mais significa senão uma racionalização filosófico-sociológica *a posteriori* pouco condizente com uma realidade histórica muito mais complexa que todas as vãs “filosofias da história”, mesmo em versão supostamente hegeliana. Num século marcado pelas ideologias, o socialismo não foi, de longe, a mais belicista ou a mais agressiva delas, perdendo para o fascismo em várias frentes.

Um exame imparcial da história do período anterior a 1945, mostraria que não foi a oposição

entre, – conceda-se-lhes, *cum grano salis*, o epíteto de marxistas – que provocou o quadro de instabilidade política e militar durante a primeira metade do século 20 e que precipitou os conflitos que retirariam definitivamente da Europa as alavancas do poder mundial. Ao contrário, foram os conflitos de natureza quase “feudal” – como diria o historiador Arno Mayer⁶ –, latentes no continente europeu desde finais do século 19, que permitiram o surgimento do poder socialista e, com ele, do conflito ideológico global. Basta com mencionar a ação agressiva das novas potências da *mitteleuropa* para escapar ao cerco das velhas potências imperiais, ou o papel das ideologias fascistas do “espaço vital” e da “regeneração nacional” no entre-guerras, para dar a exata dimensão da responsabilidade do socialismo no caótico quadro político-militar da modernidade. A ‘ameaça socialista’ sempre foi menor do que se imaginou e poderia mesmo ter sido simplesmente irrelevante, para todos os efeitos práticos, não fosse por um desses imponderáveis do acaso – os famosos *ifs* da história virtual – que costumam esconder-se nas já mencionadas dobras da História.

Não se deve, com efeito, esquecer que o surgimento da dimensão Leste-Oeste no contexto político europeu é virtualmente o resultado prático de um pequeno, mas fecundo, ‘acidente’ histórico, desencadeado involuntariamente por um dos beligerantes durante a Primeira Guerra Mundial: o retorno à Rússia de um punhado de bolcheviques exilados, praticamente desanimados pela ausência de perspectivas revolucionárias em sua terra natal. O voluntarismo oportunista da diplomacia do Kaiser, que buscava apenas provocar um pequeno “tremor” político na frente de guerra oriental, podendo servir a interesses militares imediatos, transformou-se porém em cataclismo histórico de proporções inimagináveis, dando nascimento aliás ao próprio conceito de relações Leste-Oeste.

Uma vez instalado o novo poder bolchevique, as diversas intervenções das potências ocidentais em território russo (ou soviético) contribuíram mais

⁶ A caracterização é do historiador Arno Mayer, *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War* (London: Croom Helm, 1981); existe edição brasileira.

para alimentar a oposição ideológica irreduzível com os países capitalistas do que uma suposta “luta de classes” em escala internacional. No segundo pós-guerra, igualmente, a busca constante do rompimento do ‘cerco imperialista’ era mais ditada por considerações de natureza estratégica (segurança militar) do que por reflexos de princípios ideológicos. Para Stalin, por exemplo, a razão de Estado sempre teve preeminência sobre o ‘internacionalismo proletário’, este último invariavelmente servindo de disfarce ideológico aos interesses do Estado soviético. Exatamente por causa da a razão de Estado, que prevalece sobre as ideologias, não existe um “fim da história”, como o próprio Fukuyama reconhece ao final de seu ensaio.

4. Do fim da História ao fim da Geografia

Seja qual for o destino futuro da ‘ideologia socialista’, seu itinerário terá pouco a ver com o ocaso da História. Na verdade, estamos assistindo, não tanto ao fim da História, quanto, mais propriamente, aos limites da Geografia, a partir da crescente globalização dos circuitos produtivos e da interdependência acentuada das economias desenvolvidas. O próprio Fukuyama observou que o desafio da alternativa socialista nunca esteve, realmente, no terreno das possibilidades concretas no Atlântico norte, região de capitalismo bem estabelecidos e de democracias de mercado relativamente estáveis – com a exceção, talvez, da periferia mediterrânea – e que o sucesso dessa alternativa foi, na verdade, sustentado por experiências em sua periferia: na Ásia, na África e numa simples ilha da América Latina.

De fato, foi na Ásia onde o socialismo conseguiu alguma penetração duradoura – hoje largamente simbólica – mas é nas universidades públicas da América Latina – em grande medida medíocres em termos de produção humanística significativa – onde o marxismo esclerosado ainda consegue uma ridícula sobrevivência, embora desprovido de qualquer inovação filosófica ou de melhorias significativas nas suas propostas econômicas relevantes.⁷ Não se imagine, contudo, que o disfarce ‘socialista’ da liderança plutocrática chinesa constitua um sobrevivência qualquer da ideologia marxista, ou que ela represente um desafio fundamental ao capitalismo real: os líderes chineses, desde Deng Xiao-Ping, perceberam que a sobrevivência do ‘comunismo’ na China só se daria por obra e graça do capitalismo, e à sua construção eles vem se dedicando com extraordinário esforço e o zelo engajado dos verdadeiros crentes, os ‘novos cristãos’ da verdadeira fé nas virtudes do regime de mercados.

O que está em causa, obviamente, não é o futuro, sequer o destino do socialismo, mas pura e simplesmente o poder político nas mãos dos novos mandarins chineses, uma nova classe basicamente similar à antiga *nomenklatura* soviética, mas que foi esperta o bastante para construir um sistema de dominação que transforma os novos capitalistas em seus aliados permanentes, posto que, como ensina Fernand Braudel, o capitalismo só triunfa, de verdade, quando ele transforma em Estado, quando ele é o Estado.⁸ Alguns observadores já chamaram esse novo sistema de “corporativismo leninista”,⁹ mas o nome, na verdade, importa menos do que a realidade tangível do novo sistema chinês: esse sistema é

7 Veja-se, a esse propósito, a nota crítica que fiz, a propósito de um desses exemplos lamentáveis de marxismo esclerosado da academia brasileira, neste texto: “Marxistas totalmente contornáveis” [Resenha de Jorge Nóvoa (org.): *Incontornável Marx* (Salvador/São Paulo: Unesp/UFBA, 2007)], *Espaço Acadêmico* (ano 7, n. 84, maio 2008, disponível: http://www.espacoacademico.com.br/084/84res_pra.htm); ela suscitou, como seria de se esperar, reações enraivecidas por parte da tribo em questão, devidamente registradas neste artigo: “Manifesto Comunista, ou quase...: dedicado a “marquissistas” à beira de um ataque de nervos (a propósito de uma simples resenha)”, *Espaço Acadêmico* (ano 8, n. 85, junho de 2008; disponível: <http://www.espacoacademico.com.br/085/85pra.htm>).

8 Ver a trilogia braudeliana, *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XV-XVIIIème siècles* (Paris: Armand Colin, 1979, 3 vols.).

9 Cf. Jean-Luc Domenach, *La Chine m'inquiète* (Paris: Perrin, 2008), p. 58 e 65-66.

essencialmente capitalista, mesmo se ele não é democrático e muito menos liberal, no sentido político da palavra; mas as políticas econômicas mobilizadas são, no seu sentido básico, de corte liberal. Aliás, em vista da crise econômica mundial de 2008-2009, vários outros observadores se perguntaram se, depois do 'comunismo' chinês ter sido salvo pelo capitalismo, não seria ele agora, pela pujança da demanda e da produção manufatureira de alcance global, a salvar o capitalismo. Ao que se sabe, o ensaio de Fukuyama não recebeu uma edição revista e atualizada para poder capturar esta última 'astúcia da Razão', ou essa "artimanha da História", uma ironia suprema que seria bem recebida por Marx, mas certamente não por Lênin e seguidores.

5. Existem opções aos órfãos do socialismo?

Não é seguro que uma alternativa credível em termos de sistema econômico e político se apresente nos palcos da História, ainda que as viúvas do comunismo e os deserdados da causa mantenham uma esperança quase religiosa – que se renova febrilmente a cada crise do capitalismo – de que isso seja possível em suas vidas terrenas. O mais provável é que as últimas 'terras incógnitas' do capitalismo realmente existente – que são alguns tresloucados 'socialistas do século 21', perdidos em seus próprios desastres econômicos, e um punhado mais numeroso de satrapias africanas, mas que não constituem Estados, no sentido hegeliano do termo – se juntem à locomotiva da interdependência econômica mundial em algum momento deste século: embora atrasados, eles também serão bem-vindos, mesmo que tenham de desempenhar funções subalternas no trem do capitalismo, até sua própria qualificação produtiva.

Alternativas políticas à democracia liberal sempre podem existir, posto que as molas do poder respondem em grande medida mais às paixões humanas – o que os dramaturgos gregos, Shakespeare e Maquiavel já sabiam desde sempre – do que aos mecanismos de produção e de distribuição de ativos reais, e isto vem sendo provado a cada instante da história mundial. Não se imagina, porém, que o 'som e a fúria' da luta pelo poder, nas comunidades contemporâneas

conduza a novos tipos de conflitos globais como os conhecidos desde a era napoleônica até a 'segunda guerra de trinta anos' do século 20. Nenhuma *Realpolitik* se exerce da mesma maneira depois que o gênio do poder nuclear saiu da garrafa.

Aliás, a *Realpolitik* da atualidade tem um novo nome, superioridade tecnológica, e o cenário de seu desenvolvimento é a própria *weltwirtschaft*, a economia mundial, num mundo cada vez mais *borderless*, ou seja, sem fronteiras. Com efeito, assiste-se hoje em dia a um deslocamento de hegemonias, menos devido à força das canhoneiras do que ao peso dos navios cargueiros (a China, por falar nisso, possui os maiores portos do mundo). Mais exatamente, a tendência não é mais à constituição de rivais imperiais, mas ao estabelecimento de competidores mais eficazes, guerreiros de uma nova espécie, que buscam não tomar de assalto velhas fortalezas, mas inundá-las com pacíficos obuses eletrônicos, manufaturados segundo os mais modernos requisitos da tecnologia.

Os cavaleiros mais dinâmicos dessa nova ordem mundial consideram os arsenais nucleares como catapultas pouco práticas do ponto de vista das modernas técnicas de conquista, da mesma forma que eles tendem a desdenhar os conflitos ideológicos como querelas teológicas de reduzido poder agregador: os hábitos de consumo unificam mais os povos, hoje em dia, do que as velhas crenças. Teutônicos ou samurais, mandarins ou gurus da nova era, os novos cavaleiros da economia mundial não buscam exatamente dominar ou converter outros povos, mas tão simplesmente extrair recursos pela via comercial.

A estratégia econômica desses novos cruzados é verdadeiramente internacional, no sentido mais planetário do termo: busca de vantagens comparativas dinâmicas, rápido deslocamento geográfico de fatores, divisão racional de mercados, em suma, uma globalização acabada dos circuitos produtivos e de distribuição. A característica mais saliente dessa nova ordem mundial é a crescente interdependência dos países mais inseridos na economia de mercado. Mas, assim como na fábula orwelliana sobre a 'igualdade' na fazenda 'socialista' dos animais, nessa nova 'fa-

zenda capitalista' das nações, alguns membros são mais 'interdependentes' do que outros. Não se trata apenas de saber quem é mais 'transnacional' nessa confraria, mas sim de determinar quem melhor sabe maximizar os mecanismos de controle da racionalidade instrumental própria à economia de mercado: o lucro e o investimento produtivo.

Assim, se o "fim da História" – compreendido não no sentido de que o mundo estaria a ponto de se tornar um porto tranquilo para o exercício da democracia política, mas no do término da busca dos princípios fundamentais que devam reger a organização da sociedade – está ou não próximo de converter-se em realidade, esta é uma questão ainda em aberto. Uma alternativa política ao liberalismo ocidental não parece, em todo caso, perto de nascer. Isto não quer dizer que não existam alternativas práticas, reais, à democracia burguesa, como o próprio caso da China o demonstra. O que se pretende constatar é que o sistema chinês de dominação política não oferece atrativos para qualquer país que se pretenda 'normal' no quadro da interdependência contemporânea: ele simplesmente não constitui um modelo que possa ser replicado em caráter voluntário por outras comunidades políticas. Não fosse assim, a plutocracia chinesa não precisaria manter um formidável aparato de repressão, disseminar a censura pelos terrenos sempre fugidios da internet, condenar a condenar "dissidentes" e "violadores da legalidade" com o mesmo ardor – embora com menor brutalidade – que seus antecessores declaradamente marxistas-leninistas. A tese de Fukuyama, em seus contornos filosóficos, ainda não foi desmentida pelos defensores do *ancien régime* leninista.

Em outros termos, a boa e velha democracia burguesa, em que pese algumas rugas vitorianas, ainda não parece ter sido vencida por alguma "contradição insanável", do tipo das que costumavam frequentar o universo conceitual do marxismo clássico. Em contrapartida, no terreno da economia, o 'fim da Geografia' parece mais à vista, sobretudo quando se considera o escopo espacial das atividades empresariais. O mundo material está sendo progressivamente unificado por uma 'cultura comum', senão da abundância, pelo menos de consumismo, posto que jovens iranianos

de uma das teocracias mais reacionárias que possam existir, jovens chineses do "socialismo de mercado" e jovens bolivarianos de um novo socialismo surrealista, todos eles desejam encontrar satisfação para padrões de consumo relativamente similares: filmes série B de Hollywood, fast-food, iPhone, iPod e internet. Quem fica de fora – cubanos, coreanos do norte – está louco para entrar...

Esse processo de constituição de um *borderless-world* não deve ser confundido com o pretensão 'declínio do Estado-nação', tendência já desmentida pelo acelerado ressurgimento do 'nacionalismo' nos mais diversos quadrantes do globo. O que ocorre, mais exatamente, é uma combinação do policentrismo inter-estatal com a unificação dos espaços geoeconômicos, nos quais as competências estritas dos Estados nacionais no terreno econômico passam a ser exercidas por blocos de integração (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns). Em todo caso, não parece haver muito espaço para o socialismo nesse "admirável mundo novo" do 'fim da Geografia'. Ele só consegue sobreviver nas academias esclerosadas de certas faculdades de ciências sociais de universidades públicas de países periféricos, como mais uma demonstração de certas profecias corrosivas (como aquela de Millor Fernandes, que dizia que quando as ideologias ficam bem velhinhas, elas se mudam para certos países latino-americanos que conhecemos todos).

Na prática, como as economias de mercado conseguem conviver com todos os tipos de regimes políticos, o que se tem é que o mercado e a democracia política convivem tranquilamente com esquemas diversos de controle social e de intervencionismo estatal, um pouco, aliás, como em diversos países periféricos do 'capitalismo realmente existente'. Isso não representa exatamente um problema filosófico do ponto de vista das teses de Fukuyama: se a chamada 'democracia burguesa' conseguiu sobreviver durante tanto tempo, foi exatamente devido a seu caráter essencialmente 'formal', ou seja, uma democracia simplesmente política, destituída de qualquer conteúdo real, em termos de direitos econômicos ou sociais. Contudo, a simples garantia da igualdade jurídica e da liberdade individual representa, ainda assim, um

enorme passo à frente no itinerário da sociedade civil, pelo menos para grande parte da Humanidade. É possível, assim, que a administração da ‘coisa pública’ nesses regimes híbridos que existem no mundo real seja uma tarefa tão ‘aborrecida’ e fastidiosa quanto, digamos, a atividade política em certas democracias avançadas do Ocidente, algo que já tinha sido percebido por um filósofo tão pouco hegeliano quanto Norberto Bobbio.

O fato, porém, de que nenhum sistema social humanamente concebido poderá resolver a contento a questão da distribuição dos bens raros e socialmente valorizados – e a mercadoria ‘poder’ é a primeira a inscrever-se nessa categoria – garante que os palcos da História continuarão, durante muito tempo, a ser excitantes. Não há, aqui, nenhum pessimismo de princípio quanto a que, no terreno do mundo material pelo menos, se possa um dia realizar a conhecida utopia socialista: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. Mas, é altamente improvável, conhecendo-se a natureza

humana, que se possa cumprir, com ou sem ‘final da História’, a profecia engelsiana segundo a qual, no futuro, “o comando dos homens será substituído pela administração das coisas”.

Recebido em 20/01/2010

Aprovado em 21/01/2010

Resumo: O artigo avalia o polêmico ensaio de Francis Fukuyama, vinte depois de sua publicação. De modo geral, o autor considera-o válido.

Abstract: The article analyses the controversial essay of Francis Fukuyama, twenty years after its publication. In general, the author considers it valid.

Palavras-chave: Francis Fukuyama, fim da História, socialismo, capitalismo.

Key words: Francis Fukuyama, The end of history, capitalism



Barack Obama e o Desafio da Liderança

Barack Obama and the Challenge of Leadership

CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 18 a 20]

Na política costuma-se dizer que um estadista faz-se no cargo, independente dos caminhos que o levaram a ele, e que muitas vezes estes caminhos tornam-se diferentes diante das pressões das estruturas governamentais internas e do entorno externo. Outro clichê conhecido é que momentos de crise são os melhores para a reinvenção destas escolhas, permitindo maior margem de manobra governamental a partir da percepção de que rumos nacionais e internacionais precisam ser ajustados. Frente estas avaliações, ao se completar em Janeiro de 2010 um ano da administração de Barack Obama, por mais paradoxal que seja, pode-se sugerir que todas estas afirmações são verdadeiras.

Avaliando esta fase inicial de Obama torna-se claro que a passagem da campanha à Casa Branca vem representando um desafio permanente ao atual Presidente e ao partido democrata, que tem dificuldades em consolidar-se como frente coesa diante dos adversários republicanos e de capturar o debate interno. Mais ainda, os democratas têm demonstrado a mesma dificuldade em adaptar-se a uma realidade em Washington incompatível a sua agenda de campanha. Fenômeno similar caracterizou os dois primeiros anos da administração Bill Clinton (1993/2000) e lhe custou as eleições de meio de mandato em 1994. Apesar de ter conseguido posteriormente em 1996 sua reeleição, a derrota de 1994 sofrida por Clinton deu força à "revolução" do "Contrato com a América" republicana que em 2000 consubstanciou-se na ofensiva neoconservadora que levou George W. Bush (2001/2008) à presidência.

Mesmo minoritário, e diante de um partido republicano com inúmeras fissuras internas, este grupo conseguiu manter-se presente e atuante ao longo de 2009, colocando em xeque as políticas de Obama no campo interno (reforma de saúde, reavaliação práticas de combate ao terror e de investigação e interrogatório) e externo (segurança, combate ao terrorismo, fechamento de Guantanamo, guerras do Afeganistão e do Iraque), sem que a Casa Branca abandonasse uma postura defensiva. Obama completa seu primeiro ano em Washington pressionado pela sombra das eleições legislativas de mandato de 2010 e de sua própria reeleição (distante no calendário em 2012), assim como de um sentimento de desconfiança e razoável frustração que paira dentro e fora de casa e afeta seus índices de popularidade. Teria Obama I terminado antes mesmo de começar?

Expressando bem este dilema, de que muito aparentemente se propôs, algo se realizou, mas que ainda não foi promovido o salto qualitativo necessário para mudar o perfil dos EUA em direção a um mundo pós-Bush e que supere o unilateralismo e unipolarismo anteriores encontra-se a avaliação de Brzezinski. Em artigo para *Foreign Affairs* de Novembro/Dezembro de 2009, intitulado "Da esperança à audácia", o ex-Assessor de Segurança Nacional de Carter (1977/1981) realiza um balanço positivo da Presidência Obama, mas encerra seu texto afirmando que: "Em sua campanha à presidência, Obama provou ser um mestre da conciliação social e da mobilização política. Mas ele ainda não fez a transição da orador inspirado a líder estadista. Defender que algo vai acontecer não é a mesma coisa que fazer acontecer".

* Professora de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

Ou seja, o estadista faz-se no cargo, e Obama ainda não conseguiu escrever de forma convincente este capítulo adicional de sua história e mais uma vez não só Brzezinski, como outros analistas norte-americanos, indicam que o empecilho para esta passagem encontra-se mais em “Washington” do que no próprio candidato, agora Presidente. Desta forma, a agenda de campanha e as visões progressistas para os EUA estariam sendo bloqueadas pela estrutura do sistema norte-americano, cujo peso tem se imposto sobre Obama. Apesar da timidez democrata e sua falta de rumo serem apontadas igualmente como fatores, como já citado, o maior foco de críticas é justamente no outro e no sentido de divisão e polarização que os republicanos e os grupos de interesse sustentam. Como em outras oportunidades parece existir um descolamento entre a política de DC e a sociedade, ainda que ambas sejam reflexos uma da outra.

Certamente seria difícil, quase impossível, que Obama cumprisse plenamente sua agenda de promessas de campanha logo em seu primeiro ano dada a herança W. Bush e a pressão da crise econômica. O que se questiona, porém, não é tanto a extensão desta pauta que foi cumprida, mas a dificuldade e lentidão no timing de algumas decisões, assim como nesta quase que externalização dos problemas aos republicanos e a “Washington”. Além disso, a oscilação de Obama entre a postura de Comandante em Chefe e de conciliador nacional diante das críticas de seus oponentes e de eventos como o incremento de tropas no Afeganistão, o recebimento do prêmio Nobel da Paz e o fato de ter assumido a responsabilidade pelas falhas de segurança que resultaram na tentativa de atentado em 25 de Dezembro em 2009, sugerem um Presidente em busca de sua identidade.

É fator de preocupação externa que, por enquanto, a Casa Branca tenha somente fornecido “guidelines” de suas ações internacionais relativas ao multilateralismo e combate ao terror, e expressões como “poder inteligente”, para dar conta da nova formulação da grande estratégia norte-americana em substituição à Estratégia de Segurança Nacional de 2002, conhecida como Doutrina Preventiva ou Doutrina Bush. A continuidade nas relações internacionais é marca da política de Estado norte-americano, mas

imprimir estilos táticos diferenciados depois da desconstrução hegemônica de W. Bush não é suficiente para dar conta da formatação deste novo perfil global. Não se espera grandes inovações da Doutrina Obama, mas, pelo menos, vislumbrava-se o lançamento da mesma. Depois da ofensiva inicial dos três primeiros meses de governo com Obama e Hillary Clinton, de viagens (e discursos) históricos na África, predomina o vácuo de poder e a pendência das parcerias estratégicas em um novo nível com estas nações, o engajamento dos Estados bandidos e a ampliação da colaboração com as potências emergentes.

No campo doméstico, a mesma sensação de “meio do caminho” sustenta-se, agravada por esta permanente agressividade republicana, que se observa em votações em torno de linhas partidárias, a descaracterização de projetos como o da reforma de saúde e a criação do sistema universal, os compromissos ambientais, e mesmo a conciliação nacional. Embora essencial na campanha de Obama, a promessa da unidade e reconciliação visando a reconstrução dos consensos bipartidários esbarra em uma realidade prática: a maioria dos republicanos, e mesmo parte dos democratas, não percebe esta prioridade como essencial para a recuperação do país, mantendo a disputa hegemônica interna e as divisões nacionais.

Neste setor, assim como externo, a ofensiva para esta unidade concentrou-se nos primeiros meses de governo, mas não houve respaldo dos adversários. Muito pelo contrário, estes sustentaram um “estado de prontidão” permanente no Legislativo, na mídia, que resultou em episódios de troca de acusações mútuas e ofensas ao Presidente em exercício (chamado de socialista, nazista, mentiroso, somente para citar algumas discussões). Inclusive, existe uma exacerbação da queda dos índices de popularidade pelos republicanos em ano eleitoral, quando esta perda se resume a apenas 3 a 4% do eleitorado. A maioria da população ainda apóia Obama, mas, em um país dividido, ganha espaço o ruído e a força da fragmentação.

E, neste sentido, mais uma vez o problema não reside unicamente nestes que polarizam, mas sim na dificuldade e timidez da presidência em ajustar seu curso a estas ações. Como indicado no início

do texto, as oportunidades que a crise gerou para a reforma, ao colocar em xeque os paradigmas sociais, econômicos, políticos e culturais, abriram caminhos. Daí a presidência ser uma mescla paradoxal de todos os clichês sobre mudança, possibilidade e liderança, que ela mesma invocou durante a campanha presidencial, deixando em aberta a questão de quem é Obama estadista.

Para Obama, os norte-americanos deveriam percorrer juntos esta trajetória da crise e da mudança, só que esta escolha não tem se tornado possível devido à permanência da disputa hegemônica interna que, ao longo da história dos EUA, foi a que lhes provocou maiores custos e perdas (vide a Guerra da Secessão, 1861/1865). À exceção deste conflito, em outras oportunidades, desde a Grande Depressão (1929), quando o consenso não foi possível, um grupo legítima e legalmente eleito impôs-se, reintegrando posteriormente o campo oposto. Afinal, se não é possível que todos andem juntos em um

certo momento, cabe aos democratas caminharem com a maioria que os elegeu, antes que a mesma se disperse, solidificando sua visão do quem são e do que devem ser os EUA em termos domésticos e internacionais nesta nova década.

Recebido em 11/01/2010

Aprovado em 12/01/2010

Resumo: O artigo apresenta uma avaliação do primeiro ano do governo de Barack Obama nos Estados Unidos.

Abstract: The article presents an assessment of Barack Obama's first year of government in the United States.

Palavras-chave: Estados Unidos; Barack Obama; Partido Democrata

Key words: United States; Barack Obama; Democratic Party



Haiti: Humanitarismo e Política Internacional

Haiti: humanitarianism and international politics

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 21 a 22]

O mundo se curvou aos fatos. O esforço humanitário é urgente para garantir o mínimo diante das conseqüências indeléveis do terremoto no Haiti. A cooperação é o lema e todos querem estar junto aos difíceis trabalhos de salvamento e proteção de desamparados pela imperiosa natureza e pela imprudência dos homens.

A tragédia haitiana, no entanto, se faz dentro da reedição das duras disputas da política internacional do momento. Depois de Copenhague, onde pesou o arranjo sino-americano, o Haiti é o novo palco para a exibição dos interesses e das quedas de braço do sistema internacional em momento de redesenho de hierarquias. Abandonadas pelas grandes potências, que minguaram recursos e esforços diplomáticos para o alívio da pobreza no Haiti e em países miseráveis que o mundo ainda abriga, são essas mesmas potências que agora coordenam a operação do aplinar os cemitérios do país caribenho.

Silenciou-se repentinamente o discurso monocórdio do combate irracional e linear ao chamado terrorismo internacional, conceito ainda não bem definido, de Bush a Obama. Tudo agora é humanitarismo nas lágrimas de crocodilos dos líderes cínicos quando apenas agora, já tarde, ouvem-se discursos de desdobrada atenção ao drama do Haiti. Atores e músicos famosos fazem o cordão de proteção ao humanitarismo renovado do Norte. Não faltarão festivais em estádios e cordões de solidariedade romântica aos pobres haitianos.

Politiza-se a ajuda internacional, como no caso do clima, dos direitos humanos, e outros temas da agenda renovada das relações internacionais, quando

o que importa é o esforço de salvar vidas. Os chineses foram os primeiros a chegar à ilha caribenha. Inflationaram o aeroporto combalido da capital do país e deixaram apenas espaço modesto para aeronaves dos Estados Unidos, da Europa, do Canadá e do Brasil. Os Estados Unidos correram atrás dos chineses uma vez que o Caribe é área natural de hegemonia natural e concêntrica dos ianques. Apresentaram-se como os únicos capazes de salvar os flagelados.

Acompanhar a cobertura internacional, das agências britânicas, francesas e alemãs, na Europa desses dias, é hilário. O Haiti preencheu o noticiário monótono do frio polar e da neve. É como se no Haiti não houvesse passado, mas apenas terra arrasada, em descoberta tardia das responsabilidades internacionais antes não reconhecidas. O silêncio das grandes potências em relação aos projetos brasileiros, apresentados anos atrás, de construção de infra-estruturas e autonomia energética no Haiti, é gritante.

O Brasil – em seu esforço de governo, da sociedade organizada e suas ONGs, mas em especial dos sacrifícios pessoais dos militares brasileiros, em missão convertida e gerenciada pela ONU no Haiti – vem sendo apenas discretamente reconhecido. Obama agora quer oferecer os famosos 100 milhões de dólares que o Brasil já havia solicitado para obras de infra-estrutura no país. Aqui, na Europa, nada se sabe acerca da obra de Zilda Arns no Haiti, nem que ministro brasileiro foi a primeira autoridade internacional a pisar o solitamento da ilha. A lógica é mostrar Obama, Sarkozy e outros líderes do Primeiro Mundo isolados, a domesticar a opinião pública e os interesses eleitorais. Espero que o Brasil não faça o mesmo.

* Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (fsaraiva@unb.br)

A coordenação dos esforços de construção do Haiti deve ser multinacional, a recordar que o esforço humanitário é apenas uma etapa para o longo prazo, de fortalecimento das instituições e da cidadania, ao lado da reconstrução social e econômica do país. Passada a comoção do momento, valerá acompanhar o dia seguinte. O esquecimento é em geral o que se espera. Pois que se tome uma lição do Haiti para a política internacional: o pêndulo está excessivamente angulado no realismo global e nos egoísmos nacionais. Era hora de movê-lo para a dimensão humana das relações internacionais, que prescinde do humanitarismo, para ser apenas humana a face desejável dos sonhos de um mundo melhor.

Recebido em 16/01/2010
Aprovado em 18/01/2010

Resumo: o artigo trata do Haiti, país afetado por uma imensa catástrofe natural. Ele aborda a colaboração internacional para a reconstrução.

Abstract: The article deals with Haiti, a country that was stricken by a huge natural disaster. It talks about the international collaboration in order to reconstruct Haiti.

Palavras-chaves: Haiti, Estados Unidos, cooperação
Key words: Haiti, United States, cooperation



Sebastián Piñera – O Chile muda depois de vinte anos

Sebastián Piñera – Chile changes after twenty years

JOÃO BOSCO MONTE*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 23 a 24]

Depois de vinte anos a frente do governo do Chile a coligação multipartidária de centro-esquerda, Concertación, perdeu no último dia 17 de janeiro a eleição presidencial quando os chilenos elegeram no segundo turno o candidato da direita, o empresário Sebastián Piñera.

O recém eleito presidente, da *Coalición por el Cambio*, chega com quase 52% dos votos ao mesmo tempo em que lidera a coligação de vários partidos. Com sua vitória se produz a primeira alternância democrática, ao mesmo tempo em que significa pela primeira vez, em cinqüenta e dois anos, a chegada da direita (através do voto direto) ao Palácio de la Moneda.

Ainda que não seja uma façanha fácil pôr fim à experiência de governo da coligação eleitoral mais exitosa e estável da América Latina, as primeiras dificuldades encontradas por Piñera, se verificaram em sua própria coligação. Até sua designação como candidato oficial nunca havia existido um único candidato da direita. A negociação com a elite da UDI, o partido mais votado no Chile atualmente, para a cessão do espaço a Piñera implicava que deixasse de lado seus tradicionais confrontos e o desgaste ocasionado durante o ano de 2005. Naquele ano, nas semanas que antecederam as eleições presidenciais, o agora presidente eleito decidiu apresentar-se como candidato forçando o seu partido (RN) a retirar o apoio ao até então candidato único Joaquín Lavín (UDI) a quem derrotaria no primeiro turno. Apesar de ter perdido a disputa presidencial para a Michelle Bachelet, a experiência lhe permitiu mostrar-se ao povo chileno e preparar-se para outras disputas.

O primeiro que se pode destacar, desde o ponto de vista das pesquisas de opinião, é que esta vitória de Sebastián Piñera se apresenta num estranho cenário.

Desde já alguns meses o anúncio de seu triunfo em todas as pesquisas de opinião contrasta com o elevadíssimo nível de aprovação para a presidenta Michelle Bachelet, que tem o mandato melhor avaliado pelos chilenos (em torno de um 80% de aprovação) dos quatro “concertacionistas” que se sucederam neste cargo desde 1989. Tudo aponta a que o projeto da *Concertación* – integrado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista (PS), o Partido pela Democracia (PPD) e o Partido Radical Social-democrata (PRSD) – viu-se esgotado, não tanto por seu conteúdo, senão pela ausência de renovação esperada para estas eleições.

A volta do ex-presidente e democrata cristão Eduardo Frei como candidato da *Concertación* não parece ter ajudado a promover a idéia de mudança que o eleitorado demandava. Resulta pouco provável que a volta de Frei, que se apresenta como uma tendência já observada em outras nações latino-americanas (Alan García – Peru, Oscar Arias-Costa Rica e Daniel Ortega-Nicarágua), fora compatível com um projeto de renovação de sua coligação.

O resultado do último dia 17 de janeiro mostra que muita coisa mudou no Chile desde as eleições de 1993, onde Eduardo Frei, logo no primeiro turno obteve a histórica votação de 58% dos votos. Como se pode ver, o ex-presidente não foi competente para repetir o mesmo feito nesta eleição. Há de se observar, entretanto, que se produziu um avanço com respeito ao primeiro turno das eleições celebrado em dezembro de 2009 (Frei recebeu 29,6 % dos votos no primeiro turno e 48,38 % de votos no segundo turno), o que era absolutamente imprevisível.

As raízes da derrota da *Concertación* residem nas divergências dos candidatos “concertacionistas”

* Professor da Universidade de Fortaleza (boscomonte@yahoo.com.br).

em relação ao primeiro turno, e a entrada na disputa eleitoral do deputado socialista Marco Enríquez-Ominami. A origem desta decisão está no requerimento de Enríquez-Ominami de celebrar primárias que apontassem o candidato oficial da *Concertación*. No entanto, diferentemente das práticas promovidas no passado, sua petição se chocou com as resistências da elite dos diferentes partidos da coligação incluído o seu. Respeitando os procedimentos internos, ainda que contradizendo seu espírito, os três principais partidos “concertacionistas” designaram Eduardo Frei como candidato para as hipotéticas primárias. Assim, o democrata cristão foi proclamado o candidato oficial da coligação.

Ante a designação de Frei, Enríquez-Ominami deixou seu partido e apresentou uma candidatura independente. Diante desse quadro, se verificou a fragmentação dos votos “concertacionistas” pela primeira vez desde 1989. Os 20,13% de votos de Enríquez-Ominami no primeiro turno provou sua capacidade para mobilizar os desencantados com o projeto “concertacionista”, depois de vinte anos de.

Além desta divisão do voto no primeiro turno das eleições, o apoio de Enríquez-Ominami a Frei para o segundo turno se mostrou tímido e tardio, dificultando que o candidato democrata cristão se convertesse no único representante progressista frente a seu rival Piñera. As análises pós-eleitorais terão que determinar o destino do voto dos apoiadores de Enríquez-Ominami. Mas já é possível deduzir que uma parte dos votos foi transferida para Frei, se considerarmos que os discursos de ambos se aproximam ideologicamente. Não podemos esquecer também, que dos 48,38% dos votos conferidos a Frei se incluem também as transferências procedentes do quarto candidato, Jorge Arrate do movimento *Juntos Podemos*. Assim, o candidato Eduardo Frei além de não ter capitalizado todos os votos de Enríquez-Ominami, sentiu nas urnas a mobilização de desencantados e dos que optaram pela abstenção que indiretamente favoreceram a vitória de Piñera no segundo turno.

Esta não é a primeira vez que se produz um voto de caráter não programático. Tomando como

exemplo, a vitória de Bachelet e o aumento de apoios entre os dois turnos têm sua explicação na solidariedade de gênero mais do que em critérios ideológicos.

Por outro lado, desde a reforma da Constituição em 2005 que reduziu o mandato presidencial a quatro anos, a votação do primeiro turno das eleições presidenciais coincide com a eleição de deputados e senadores. Dessa forma, em dezembro de 2009, ao mesmo tempo em que acontecia o primeiro turno das eleições presidenciais, celebrou-se a eleição para o parlamento chileno.

A disputa eleitoral de 2005 foi retratada pela maioria dos analistas como cheia de continuidades, apresentando como a única grande novidade a chegada de uma mulher à presidência da República. Por outro lado, as últimas eleições iniciam no Chile uma nova etapa em sua história recente. Os chilenos já deram o primeiro passo para o início da era Piñera, que começa a partir de sua investidura no cargo em março deste ano. A *Concertación* que governou o Chile durante duas décadas inicia sua primeira experiência longe do Executivo e terá que aprender a fazer oposição. Em pronunciamento após a divulgação dos resultados da eleição, o ex-presidente Ricardo Lagos definiu o sentido de resignação de sua coligação. “Termina a etapa histórica. Abramos espaço para as novas gerações”.

Recebido em 28/01/2010

Aprovado em 29/01/2010

Resumo: Depois de vinte anos, a coligação Concertación perde a eleição e o direitista Sebastián Piñera é eleito Presidente do Chile.

Abstract: After twenty years, Concertación loses the election and the candidate for the center-right Sebastián Piñera is elected Presidente of Chile

Palavras-chave: Chile, Eleições

Key words: Chile, Elections



O lugar da China no comércio exterior brasileiro

China's place in brazilian trade

DIEGO PAUTASSO*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 25 a 27]

A China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro em 2009, superando os EUA depois de décadas. No entanto, as relações entre Brasil e China indicam mais do que a alteração na hierarquia dos parceiros comerciais brasileiros, mas uma mudança tanto das nossas relações exteriores quanto da própria correlação de forças no sistema internacional. O objetivo do presente artigo de conjuntura é, pois, tentar captar o lugar da China no comércio exterior brasileiro em face das transformações sistêmicas que se aprofundam desde o fim da Guerra Fria.

A mudança das relações exteriores do Brasil tem coincidido com grandes transformações da política e dos negócios internacionais. Durante o século XIX, a Grã-Bretanha tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, em substituição a Portugal; e, durante o século XX, os EUA tomaram o lugar da Grã-Bretanha nos negócios com nosso país. Em outras palavras, a ascensão dos pólos hegemônicos do sistema mundial e as reestruturações do capitalismo têm tido repercussão direta sobre a inserção internacional do Brasil. Dessa forma, a virada do século XX-XXI marca a mudança de lugar da China nas relações exteriores brasileiras, indicando transformações que representam desafios e oportunidades de longa duração para o comércio exterior e a diplomacia do Brasil, justamente num quadro de transição sistêmica.

Em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, com um fluxo de comércio de 36,1 bilhões de dólares. Isto contribuiu para o país oriental torna-se o principal destino das exportações brasileiras, totalizando um valor de 20,1 bilhões de dólares ou mais de 13,1% do total exportado, enquanto o Brasil

é destino de apenas 1,3% das exportações chinesas. E, se considerarmos Taiwan, Hong Kong e Macau, estes últimos que foram integrados real e formalmente à China, em 1997 e 1999 respectivamente, nas estatísticas oficiais do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a importância chinesa tem um acréscimo de quase 6 bilhões de dólares na corrente comercial brasileira.

Em razão da crise financeira, os EUA tornaram-se o segundo maior parceiro brasileiro, com 35,9 bilhões de dólares de fluxo comercial em 2009, bem abaixo dos 53,4 bilhões de 2008, em parte devido ao recuo de 42,4% de nossas exportações para o mercado norte-americano. Na verdade, devido à crise, o comércio internacional foi afetado e o brasileiro recuou 22% em relação a 2008, segundo o MDIC, constituindo-se na maior retração desde o início da série histórica em 1950. Dessa forma, a crise contribuiu para acelerar a tendência de superação dos EUA pela China como maior parceiro do Brasil.

Neste ano de crise (2009), a Ásia foi o único continente que apresentou crescimento das exportações brasileiras, com aumento de 5,9%. Para a China, as exportações cresceram 23,1%, fazendo o país asiático subir na hierarquia dos parceiros do Brasil e assumir a liderança. Para outras regiões, a queda das exportações brasileiras foi expressiva, pois além da já citada retração de 42,4% dos EUA, a Europa Oriental recuou 38,6% e o Mercosul, 29,9% (com destaque para o recuo de 30,9% da Argentina).

O lugar da China no comércio exterior brasileiro reflete, portanto, um processo mais amplo de diversificação dos negócios realizados pelo Brasil, bem como

* Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT-UFRGS) e professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM (dpautasso@espm.br).

de mudança da geografia econômica mundial. No âmbito do comércio exterior brasileiro, as iniciativas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, intensificaram as relações exteriores do país com países periféricos desde o início do governo Lula, em 2003. Os países periféricos, excluindo a OCDE, passaram de 40% em 2003 para quase 54% do comércio exterior do Brasil neste ano (2009).

No âmbito das transformações sistêmicas, o lugar da China nos negócios com o Brasil reflete o processo de multipolarização em curso, com destaque para a ascensão estrutural da economia chinesa e da Ásia Oriental no comércio internacional. O comércio exterior chinês passou de 38 bilhões de dólares em 1980 para 2,5 trilhões em 2008, com um crescimento de mais de 67 vezes em menos de três décadas. A participação chinesa no comércio internacional saltou de 1,02% em 1980 para 6,9% em 2008. A China que ocupava apenas a 16ª colocação em 1997, com exportações de 24,5 bilhões de dólares, tornou-se o maior exportador mundial em 2009, com um total de 1,2 trilhões de dólares, 16% menos do que 2008 (PAU-TASSO, 2009). A crise fez o comércio chinês recuar 13,9% na comparação com o ano anterior, atingindo 2,21 trilhões de dólares, com superávit comercial chinês de 196,1 bilhão de dólares, 34,2% menor que 2008, conforme informou a agência Xinhua.

No caso das relações com o Brasil, a China partiu de um comércio de 19,4 milhões de dólares em 1974, ano do reatamento das relações diplomáticas, para 1,2 bilhões duas décadas depois (1994), chegando a 36,1 bilhões em 2009. A tendência de aumento da participação chinesa no comércio exterior do Brasil, tornou-se ainda mais evidente em 2002, quando a China suplantou o Japão como principal destino das exportações brasileiras na Ásia. De uma forma geral, o Brasil tem tido superávits no comércio bilateral, exceção ao período de 1996 a 2000, em que acumulamos déficit de cerca de 551 milhões, somente com a China. Somente em 2009, o superávit brasileiro foi de 4,1 bilhões de dólares com o país oriental.

Com efeito, a crescente importância da China no comércio exterior do Brasil, sugere um conjunto de desafios e oportunidades. Os desafios do Brasil ligam-se à primarização das exportações brasileiras e a falta de preparação para lidar com um novo parceiro como a China, tanto do ponto de vista da formula-

ção de políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT), quanto do amadurecimento das estratégias de negociação com os chineses.

O risco da especialização produtiva em commodities reflete-se na pauta de exportação do Brasil para a China. Cerca de 70% das exportações brasileiras são formadas de minério de ferro (31,4%), soja (31,4%), petróleo (6,6%), sendo que os outros produtos são essencialmente primários ou semimanufaturados. Como a China cresceu sua participação nas exportações brasileiras e estas estão centradas em commodities, conseqüentemente a pauta de exportação brasileira foi primarizada. Isto é, as exportações de produtos manufaturados recuaram mais (-27,3%) do que os semimanufaturados (-23,4%) e básicos (-14,1%) em relação a 2008, segundo o MDIC. Já a China, que exportava essencialmente petróleo (97%) para o Brasil entre 1980 e 1984, agora tem uma pauta de exportação centrada em manufaturados, sobretudo, componentes e aparelhos eletrônicos e máquinas, com uma diversificação muito grande de itens (BECARD, 2008).

Nota-se que China e Brasil adotaram opções diversas de inserção internacional no Pós-Guerra Fria. As políticas de ICT no Brasil foram precárias durante o ciclo de liberalização da década de 1990. A abertura comercial sem contrapartidas e planejamento (ou seja, com reforço do protecionismo e apoio às indústrias nacionais nos países centrais), elevação de juros e carga tributária, valorização cambial, restrição do crédito e baixos investimentos em logística reduziram a competitividade do Brasil, dificultando as exportações e favorecendo as importações. O resultado foi uma combinação oposta à opção chinesa de inserção internacional: *o fechamento dos mercados externos e a abertura do mercado doméstico*. Assim, houve uma quase-estagnação do comércio exterior do Brasil, que passou de 96,4 para apenas 107,6 bilhões de dólares entre 1995 e 2002, sendo que o déficit acumulado foi de cerca de 24,5 bilhões no período da paridade cambial (1995-2000).

Durante o governo Lula, a combinação de ações governamentais com a mudança de conjuntura internacional acabou por favorecer o comércio exterior brasileiro. Ou seja, o governo direcionou o Itamaraty para a busca de novos mercados, atuando em parceria com comitativas de empresários; fortaleceu os quadros

técnicos e a dotação orçamentária da APEX; e ampliou o crédito para as exportações através de órgãos como o BNDES. Além disso, capacidade de resposta das empresas brasileiras ao aumento na demanda mundial (PUGA, 2006), combinou-se com a conjuntura internacional de valorização das commodities, como ferro, soja e petróleo, por exemplo, favorecendo a balança comercial. Com isso, o comércio cresceu de 121,5 bilhões de dólares em 2003 para 370,9 em 2008, antes da crise.

Como a China é um parceiro estratégico do Brasil (OLIVEIRA, 2004), as relações bilaterais representam novos desafios nos negócios internacionais do país. Por um lado, os desafios do Brasil nas relações com a China persistem, pois referem-se tanto à adversa política cambial brasileira e ao desvio de comércio com vizinhos (como Argentina), até a falta de preparo da elite brasileira, governamental, intelectual e empresarial, para lidar com esta nova realidade econômica, política e cultural. Por outro lado, abrem-se oportunidades para o Brasil aprofundar sua condição de *global player*, desbravando o mercado chinês, criando oportunidades de cooperação técnica (como o satélite sino-brasileiro CBERS – *Chinese-Brazilian Earth Resources*) e diplomática.

O lugar da China no comércio exterior brasileiro reflete, pois, um conjunto de processos de longa duração, representando mais do que uma questão conjuntural ou bilateral. Primeiro, a emergência da China como principal parceiro comercial do país para as próximas décadas, representando desafios e oportunidades inéditos. Segundo, o aprofundamento da diversificação dos negócios internacionais brasileiros, com destaque para a ampliação do peso dos países periféricos. Terceiro, a evolução do processo de multipolarização, cuja emergência dos grandes países da periferia (Brasil, China, Índia) são as principais expressões. Quarto, o fortalecimento de relações Sul-Sul, tornando mais complexo os negócios e as relações internacionais. Quinto, as conseqüentes aproximações sino-brasileiras no campo diplomático, como atestam a criação do Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina/FOCALAL (2001), do G20 voltado à OMC (2003) e do grupo BRIC (2009), por exemplo. Em suma, é preciso buscar captar a complexidade das relações sino-brasileiras no século XXI.

Referências bibliográficas

- BECARD, Danielly. *O Brasil e a República Popular da China*. Brasília: FUNAG, 2008.
- MDIC. *Balança comercial brasileira – países e blocos*. Disponível em: [<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2033&refr=576>]. Acesso em: 17/01/2010.
- OLIVEIRA, Henrique. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 47 (1), 2004, pp. 7-30.
- PAUTASSO, Diego. O comércio exterior na universalização da Política Exterior da Chinesa no século XXI. In: *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. Brasília-IBRI v. 113, p. 14-16, 2009.
- PUGA, Fernando. Por que crescem as exportações brasileiras? In: TORRES FILHO, Ernani (Org.). *Visões do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, BNDES, 2006.

Recebido em 17/01/2010

Aprovado em 19/01/2010

Resumo: O objetivo do presente artigo de conjuntura é compreender o lugar da China no comércio exterior brasileiro. O argumento proposto é que a condição da China de maior parceiro comercial do Brasil representa mais do que uma mudança de hierarquia, mas transformações nas relações bilaterais e no próprio sistema internacional.

Abstract: This paper aims to examine China's role in Brazilian foreign trade. Its main argument lies in the fact that China has become Brazil's biggest trading partner, a situation that accounts for more than a simple shift of hierarchy, but represents a transformation in their bilateral relations and in the very international system.

Palavras-chave: Brasil-China; comércio exterior; transição sistêmica

Keywords: Brazil-China, foreign trade, systemic transition

O surto rearmamentista na América do Sul

The outbreak of rearmament in South America

ELÓI MARTINS SENHORAS*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 28 a 30]

A despeito de existir uma agenda institucional de regionalização transnacional comprometida com a segurança e defesa por meio da criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano, a conjuntura atual aponta para um crescente rearmamento ou modernização dos arsenais dos países em função da compra massiva de armas. Definida por um componente de defesa nos países sul-americanos que se assenta no reaparelhamento e na reatualização tecnológica das forças armadas, a atual conjuntura armamentista na América do Sul tem sido beneficiada por distintos canais de financiamento. De um lado, estão petróleo venezuelano, o cobre chileno e os grãos brasileiros que foram responsáveis pelo aumento do nível das reservas internacionais dos respectivos países, em um contexto dinamizado pelas exportações e pela melhora nos termos de intercâmbio com o aumento do preço das commodities no período entre 2001 e 2008. De outro lado, está a renovada associação militar Colômbia-Estados Unidos, com a difusão de programas de assistência estadunidense pelo Plano Colômbia com o objetivo direto de combater a produ-

ção e o tráfico de cocaína e indireto de consolidar uma política de ingerência estadunidense na região. Em boa medida, o contextual aumento dos gastos militares na região advém do aumento da taxa de crescimento econômico dos países sul-americanos, o que proporcionou um aumento absoluto de recursos alocados aos ministérios de defesa, porém em um aumento relativo no percentual dos PIBs nacionais. O processo regional de incremento nas compras de arsenal bélico na América do Sul vincula-se com um contexto maior de insegurança compartilhada produzido por novas e tradicionais ameaças e que afeta a distintos países em todas as regiões do globo e que repercutiu no pós 11 de Setembro de 2001 em aumento do armamentismo mundial. Neste contexto, a América do Sul aumentou de maneira significativa os seus gastos militares em 50% ao longo da última década, seguindo atalada de maneira proporcional à tendência mundial de expansão de gastos, o que resultou, mesmo assim, na manutenção de um dos menores índices de investimento relativo na regionalização dos gastos militares em comparação com o resto do mundo.

Tabela 1 - Regionalização dos gastos militares no mundo

Região	Participação dos gastos no mundo	Valor absoluto dos gastos	Variação dos gastos (1999-2009)
África	2%	US\$ 20.4 bilhões	+40%
Ásia e Oceania	23%	US\$ 281 bilhões	+53%
Oriente Médio	6%	US\$ 75.6 bilhões	+56%
Europa	26%	US\$ 320 bilhões	+14%
Américas	49%	US\$ 603 bilhões	+64%
América do Sul	2,7%	US\$ 34.1 bilhões	+50%
MUNDO	100%	US\$ 1.226 bilhões	+45%

Fonte: Tabulação própria. Baseada em dados de SIPRI (2009). www.sipri.org

* Professor do Departamento de Relações Internacionais e pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (eloi@dri.ufr.br).

Embora não haja uma corrida armamentista clássica pela busca de um rompimento do equilíbrio de poder na região registra-se que o processo de reaparelhamento e na reatualização tecnológica das forças armadas é conduzido por diferentes lógicas estratégicas em cada país o que explica um padrão diferenciado de gasto para cada país.

No Brasil, a renovação do arsenal advém da recente retomada de um planejamento político estratégico, a partir dos governos FHC e Lula, que busca ajustar a capacidade militar por meio de uma *política externa* de transferência tecnológica e industrial de áreas estratégicas conjugada a uma *política interna* de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial em defesa, com o objetivo maior de potencializar um papel de relevo ao país no âmbito multilateral com o pleito de ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, e de liderança no âmbito regional com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

No Chile existe um padrão constante de compra de equipamentos militares com alto conteúdo tecnológico advindo de um baixo contingente humano nas forças armadas e do mais alto orçamento de um ministério de defesa na América do Sul, que foi legado constitucionalmente pelo ex presidente Augusto Pinochet por meio da Lei do Cobre que destina 10% das vendas do minério às forças armadas.

No caso do Peru, também negando uma corrida armamentista, existe uma política de reposição de equipamentos militares, com destaque para a aquisição de tanques chineses e aviões tucanos do Brasil, que tem sido feita sob o objetivo de gerar força dissuasiva, embora se balizando por equipamentos que tenham capacidade defensiva frente ao arsenal de países vizinhos, como o Chile, que possui uma sofisticada esquadrilha de caças.

Na Colômbia, a compra de equipamentos militares pouco sofisticados revela que o reaparelhamento colombiano acontece segundo este padrão de baixo conteúdo tecnológico, pois existe uma preocupação focada no emprego sistemático do maior contingente humano (400.000 militares) entre todas as forças armadas da América do Sul para operações contra as guerrilhas em razão do

suporte trazido pelo acordo estratégico-militar com os Estados Unidos.

No caso da Venezuela, a compra diversificada de caças, tanques e metralhadoras a partir do governo de Hugo Chávez reflete uma preocupação com o rearmamento das forças armadas após 15 anos de baixos investimentos justamente em um contexto de difusão de um movimento socialista-bolivariano com perfil anti-americanista que teme agressão tanto da potência hegemônica e de seu principal alinhado político no sub-continente, a Colômbia.

Independentemente da retórica dos presidentes sobre a integração sul-americana, este processo de reaparelhamento produz um efeito de fragmentação na regionalização transnacional à medida que produz vetores de desconfiança entre os países vizinhos, com uma conseqüente blindagem militar das fronteiras, justamente em uma região que fora precursora das agendas de desarmamento.

Esta conjuntura de distensão toma relevo quando se observa que nos fóruns regionais, o reaparelhamento das forças armadas não é discutido ou quando se analisa que as mudanças governamentais na América do Sul trouxeram um novo *status quo* político-ideológico que coloca em extremos opostos países vizinhos.

As maiores ameaças nesta conjuntura, mais importante do que o volume dos gastos ou da capacidade bélica dos países, são justamente as divergentes intenções políticas e estratégicas que se formam fragmentando uma possível integração regional. Destacam-se nesta conjuntura fragmentadora as polarizações engendradas pelas apostas defensivas para derrotar o narcotráfico e as guerrilhas na Colômbia com auxílio externo dos Estados Unidos *vis-à-vis* às propostas expansivas do movimento socialista-bolivariano impulsionado pela Venezuela.

Recebido em 27/01/2010

Aprovado em 29/01/2010

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o processo de crescente rearmamento presente na América do Sul tomando como referência uma visão internacionalista fenômeno que se desdobra na região.

Abstract: This article aims to analyze the growing process of rearmament in South America taking for reference an internationalist point o view of this *current phenomenon in the region*.

Palavras-chave: América do Sul, gastos militares, rearmamento.

Key words: military expenditure; rearmament; South America.



Um Novo Começo para o START? Os EUA, a Rússia e a Proliferação Nuclear

A New Start for Start? US, Russia and Nuclear Proliferation

CRISTINA SOREANU PECEQUILO*
ALESSANDRA APARECIDA LUQUE**

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 31 a 33]

No final de 2009, o anúncio do aumento de tropas dos EUA no Afeganistão, a realização da COP-15, a ameaça do terrorismo, a postura nuclear do Irã e as avaliações sobre a crise econômica mundial ganharam destaque nos noticiários, deixando em segundo plano um evento que poderia, no ano do vigésimo aniversário da Queda do Muro de Berlim, ser considerado mais um dos diversos finais da Guerra Fria que se repetem desde 1989: o anúncio, por parte de EUA e Rússia, no dia 05 de Dezembro, do cumprimento das metas do START I (*Strategic Arms Reduction Treaty*), consolidando a redução em seus 40% de seus arsenais nucleares.

A data selou o encerramento de um processo iniciado em 1991, acelerado a sete anos atrás pelos Presidentes George W. Bush e Vladimir Putin em um dos momentos de mais acentuada cooperação entre ambos, sob os efeitos da coordenação estratégica gerada pelo 11/09 e a Guerra Global contra o Terrorismo (GWT), as quais se seguiram os desencontros e distanciamento da Guerra do Iraque e das ações unilaterais de W. Bush. Antes disso, em 1996, Ucrânia, Bielo-Rússia e Cazaquistão, já haviam anunciado o cumprimento de suas metas no START I. Tanto as diplomacias russa quanto americana apresentaram esta finalização como um marco a despeito de sua pouca visibilidade, e base de negociações de futuros compromissos, com implicações mais amplas para o debate multilateral da proliferação e do desarmamento.

Todavia, o fato de não ter sido fechado um novo acordo entre as administrações Barack Obama

e Dmitri Medvedev, a pendência de questões sobre proliferação em termos globais (o citado Irã, a Coréia do Norte), demonstra as limitações envolvidas nestas negociações. Tornando o quadro mais complexo, declarações do Primeiro Ministro Vladimir Putin sobre o desenvolvimento de novas armas ofensivas pela Rússia e o estado de “prontidão” norte-americana diante dos Estados bandidos e falidos igualmente surgem como empecilhos. Estes dilemas envolvem a passagem das negociações nucleares russo-americanas da Guerra Fria ao Pós-Guerra Fria, a dispersão dos arsenais nucleares e a diferença de tratamento do tema entre os dois Estados no que se refere a terceiros países.

O START I foi assinado pelos Presidentes George H. Bush e Mikhail Gorbachev em 1991 e apresentado como uma das provas definitivas de superação da corrida armamentista entre os EUA e a URSS e do novo clima pacífico que passaria a dominar as relações internacionais. Porém, para cada uma das “novas superpotências aliadas”, o tratado simbolizava um momento e uma condição de poder diferenciadas.

Enquanto na origem das conversações nucleares dos anos 1970 o cenário era de paridade estratégica, referente à distensão e descongelamento entre as superpotências, somado à preocupação com a dispersão do conhecimento nuclear a terceiras nações que colocava em xeque o domínio bipolar do mundo por EUA e URSS, na década de 1990 as assimetrias predominaram. Portanto, os acordos dos anos 1970, possuíam uma face dupla: a limitação das armas nucleares pelos SALT I e SALT II (*Strategic Arms Limitation*

* Professora de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

** Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (alessandra.luque@yahoo.com.br).

Talks) e o Tratado ABM (Tratado Antímísseis Balísticos, que visava preservar a vulnerabilidade mútua entre as superpotências) e a contenção da proliferação cujas origens datam de 1967 com o Tratado de Não Proliferação (TNP) e as conversações para o banimento total ou parcial dos testes nucleares.

Por sua vez, os tratados da década de 1990 representavam a acentuação do poder estratégico dos EUA diante da URSS e os atos finais das iniciativas de Ronald Reagan ao longo de seus dois mandatos com a quebra dos compromissos do SALT e do ABM, sendo este último consubstanciado na Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE). O IDE, popularmente conhecido como “Guerras nas Estrelas”, tinha como prioridade proteger os EUA de ataques nucleares e foi um dos componentes de desestruturação da política soviética nos anos 1980- HALLIDAY, Fred (2008). *Repensando as Relações Internacionais*. 2aed Porto Alegre: Ed. UFRGS. Além de violar as prescrições do ABM, o IDE, caso funcionasse, tornaria inúteis os arsenais soviéticos. A inabilidade da URSS em responder tecnologicamente ao IDE revelou suas fragilidades e se inseriu no processo da ascensão de Gorbachev ao Kremlin e suas reformas econômica (*perestroika*), política (*glasnost*) e nas relações internacionais (novo pensamento).

Visando atualizar o sistema soviético, mas principalmente ganhar tempo diante da reação neoconservadora de Reagan na Segunda Guerra Fria, estas reformas reabriram o diálogo com o Ocidente, mas seus resultados foram opostos ao esperado e somente acentuaram a perda de poder da URSS. A Queda do Muro e o fim do Pacto de Varsóvia, com a redução unilateral das forças convencionais soviéticas da Europa, eram simbólicas deste esvaziamento, com os EUA conseguindo, apesar de seu declínio econômico relativo, negociar com a URSS de uma posição de força, o que se refletiu no START I, sua implementação e subsequentes conversações.

O START I converteu-se em um dos últimos atos da presidência Gorbachev pouco antes do golpe fracassado de Agosto de 1991, seguido pelo desmembramento da URSS no final deste ano. Na administração de Yeltsin (1991/1999), tanto o START I quanto as negociações para a conclusão e implementação do START II converteram-se em moeda de troca

da “Rússia democrática” e parceira estratégica do Ocidente. O abandono do IDE pelos EUA no governo Clinton (1993/2000) e a preocupação em imprimir um discurso bilateral positivo marcaram este contexto, assim como a ajuda financeira à Rússia para manter e proteger seus arsenais e materiais nucleares.

Contudo, os avanços foram poucos. Com isso, o START I foi finalizado somente em 2009, enquanto o II e novas negociações não avançaram. Ao mesmo tempo, o IDE, agora sob o nome de TMD (*Theater Missile Defense*), foi retomado por George W. Bush, ao qual somou-se a ampliação da OTAN ao Leste Europeu (associada à promessa de instalação do escudo antimísseis na Polônia e República Tcheca) e o aumento da presença dos EUA na Ásia Central e no Oriente Médio por conta das Guerras do Afeganistão, do Iraque e dos contratos de exploração e transporte de gás e petróleo com antigas repúblicas soviéticas. Estas ações causaram mal-estar em Moscou, a despeito do pragmatismo de Vladimir Putin, sucessor de Yeltsin no Kremlin de 1999 a 2008.

Consciente da preservação da assimetria diante dos EUA, mas investindo na diminuição deste *gap* por meio da recuperação do Estado e da retomada da presença regional sustentada pelo elemento energético (gás e petróleo), Putin recuperou no campo nuclear uma posição mais assertiva, mantida por seu sucessor Medvedev (2009). A Rússia não tem se furtado em fazer uso do elemento nuclear como fonte de poder focando em duas táticas: o intercâmbio científico-tecnológico com nações emergentes e poderes regionais, dentre os quais merecem destaque a China e o Irã, e uma posição autônoma nas OIGs, em especial no CSONU.

Nesta segunda vertente, novamente o caso do Irã merece atenção, e o da Coreia do Norte, assim como sua diferença de tratamento. Se no tema norte-coreano, a Rússia e a China alinham-se aos EUA, atuando nas Conversações das Seis Partes, no iraniano, ambas consolidaram uma frente que diverge da posição dos EUA e da Europa Ocidental (França e Grã-Bretanha) no CSONU. A localização geográfica das nações, sua presença geopolítica na Eurásia, com o Irã surgindo como Estado-pivô, explicam esta diferença de pressões, assim como o interesse russo em

manter-se como fornecedor de tecnologia e materiais nucleares ao Irã.

É preciso acrescentar que a Rússia no pós-Guerra Fria tem exercido uma política mais favorável ao desenvolvimento de tecnologia nuclear, o que representa uma mudança da postura contra a proliferação com os EUA na década de 1970. Porém, o Kremlin demonstra-se consciente de que esta dispersão deve ser seletiva e limitada a países com os quais a Rússia manteria boas relações e como elemento de barganha não se aplicando, por exemplo, a antigas repúblicas soviéticas como a Geórgia e mesmo à situação norte-coreana. Esta democratização seria vista como uma forma de aumentar o poder de barganha russo, mas que no médio e longo prazo poderia também ameaçá-la. O cálculo custo-benefício reside na percepção de que esta dispersão seria mais prejudicial ao interesse dos EUA que ao russo, o que lhe daria vantagens na negociação com os EUA. A recente cúpula Obama/Medvedev e a promessa de não instalar mais o escudo antimísseis na Europa Oriental podem ser vistos como produto deste contexto. A moeda de troca no século XXI é a da autonomia e não do alinhamento e a tecnologia nuclear é, ao lado do elemento energético, o pilar desta assertividade.

Do lado russo é um jogo arriscado, enquanto tenta recuperar suas bases ofensivas como já citado e lançar o novo plano de defesa russo a ser implementado a partir de 2010. Visa-se maior poder frente aos EUA e o redesenho de alianças estratégicas na Eurásia, sem desmerecer a atração norte-americana sobre a China, a sombra da presença bélica e as pressões neoconservadoras sob a administração Obama. Do

lado dos EUA, a aproximação nuclear com a Índia revela-se como contrapartida destas iniciativas (embutindo riscos similares), assim como as hipóteses de um G2 (China e EUA), associada à preservação dos investimentos no setor de defesa, o incremento das tropas no Afeganistão e a recorrente ofensiva contra o terror.

Neste cenário, o START I revela-se uma peça da Guerra Fria, em um contexto de realinhamentos. Trata-se de uma discussão que deve ser ampliada à diferenciada arquitetura de poder mundial, envolvendo não só as antigas superpotências em suas atuais condições de poder, mas as nações emergentes como China, Índia, África do Sul e Brasil, as demais potências nucleares como França e Grã-Bretanha, e as potências regionais. Mesmo chamada de “velha política” a tecnologia nuclear permanece dual, sensível, e um fator de barganha e autonomia estratégica. Mais do que um novo começo para o START, é preciso de um novo começo para a proliferação nuclear.

Recebido em 05/01/2010

Aprovado em 08/01/2010

Resumo: O artigo aborda as posições russo-americanas no campo nuclear a partir do cumprimento das metas do START I.

Abstract: The article deals with Russian and American stances in the nuclear field since the closure of START I.

Palavras-chave: EUA; Rússia; Não-Proliferação

Key words: US; Russia; Non-Proliferation



Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea

Securitisaton and Dessecuritisation of Contemporary Amazon Forest

JOÃO NACKLE URT*
ALEXANDRE FELIPE PINHO**

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 34 a 35]

Finda sua relativa importância geopolítica no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em face do caráter estratégico da borracha para a indústria bélica da época, a Amazônia saiu do foco das opiniões públicas mundiais, acompanhando o caráter periférico que a América do Sul assumiu na Guerra Fria. Somente a partir da década de 1970, com a emergência do tema ambiental na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), a Amazônia ensaiou um retorno à agenda global. Embora inicialmente tímida, a inserção da região amazônica nos assuntos internacionais foi crescente nas décadas de 1980 e 1990. Atualmente, a julgar pela importância conquistada pela temática ambiental, seu lugar na agenda internacional é permanente. Esse foco da opinião pública mundial tem despertado diferentes formas de discursos securitizadores, levando o debate sobre a Amazônia do campo da política para o campo da segurança.

O conceito de securitização, lançado por Buzan, Wæver e de Wilde (1998), abarca a idéia de que não existe uma segurança internacional objetivamente considerada. Para esses autores, toda ameaça é socialmente construída por meio de discursos de atores significativos na esfera da segurança internacional, passando pela aceitação do público. Segurança, portanto, é “uma prática auto-referencial [...] não necessariamente porque uma ameaça existencial realmente existe, mas porque o assunto é apresentado como tal”. Securitização é “o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da ‘política normal’”, justificando

assim a adoção de medidas de emergência, de procedimentos políticos extraordinários e eventualmente o uso da força (1998, p. 24-25).

A securitização da Amazônia tem ocorrido pelo menos de duas formas, potencialmente opostas entre si. A primeira é a securitização ambientalista, que define a floresta amazônica como objeto referente e sua destruição como a principal ameaça existencial, tanto pela redução da biodiversidade, quanto pela emissão de gases estufa e pela destruição de etnias minoritárias. Buzan e Wæver afirmam que, especialmente no Brasil, a securitização ambiental é temida como potencial fundamentação para o intervencionismo norte-americano (2003, p. 333).

A segunda, ocorrida em grande parte em reação à primeira, é a securitização política, com forte teor nacionalista, que define a principal ameaça existencial na região como o risco de “internacionalização” da Amazônia, isto é, o desrespeito à soberania dos países titulares de seu território por grandes potências do Norte desenvolvido, diretamente ou por meio de ONGs, mas também passando pelas chamadas “novas ameaças”, freqüentemente de caráter transnacional, de que são exemplos o narcotráfico, a imigração ilegal, a biopirataria, entre outras. Entram aí também as ameaças tradicionais, especialmente após a subida ao poder do venezuelano Hugo Chávez, cuja retórica revolucionária neobolivariana freqüentemente tem despertado sentimento de insegurança entre países vizinhos.

Em suma, a segurança da Amazônia tem sido definida por ações securitizadoras de sentidos opostos,

* Professor da Universidade Federal de Roraima – UFRR, especialista e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (joaourt@gmail.com).

** Graduando em Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

que se retroalimentam. De um lado, ambientalistas partem do pressuposto (nem sempre verdadeiro) de que os Estados sul-americanos são ineptos para lidar com os problemas atinentes à floresta. Por isso, produzem discursos no sentido de intensificar a atuação de atores extra-amazônicos para assegurar a preservação dos valores ambientais relacionados com a preservação da floresta. De outro lado, setores nacionalistas das sociedades amazônicas, em reação aos discursos descritos acima, securitizam fortemente a integridade de seus territórios, destacando de várias formas a legitimidade de suas soberanias.

Tal dinâmica lembra os dilemas de segurança interestatais, em que o fortalecimento militar de um Estado promove o aumento da insegurança do seu vizinho. Estaríamos assistindo a um “dilema de securitização”, em que o fortalecimento da securitização ambiental gera aumento da sensação de insegurança pelos setores político e militar?

Vale lembrar que, segundo Buzan, Waever e de Wilde, a securitização de um assunto significa sua apresentação como tão urgente e importante que não deva ser exposto ao manejo político normal, institucionalizado, democrático. “Basicamente, a segurança deve ser vista como negativa, como uma falha em lidar com certos assuntos como sendo integrantes da política normal” (Buzan, Waever e de Wilde, 1998, p. 29). Parafraseando esses autores, no longo prazo, o ideal é a promoção da dessecuritização da Amazônia, isto é, o resgate dos valores ambientais e humanos contidos na floresta amazônica para o âmbito do jogo político normal.

Também a favor da dessecuritização da Amazônia, entendida como a superação da securitização com base nos discursos ambientalistas e seus reversos nacionalistas, vale trazer a opinião de Bertha Becker, de que na Amazônia contemporânea a penetração das grandes potências “não mais visa a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre seu uso” (Becker, 2007:34). Essa tendência reforça o padrão histórico de respeito às soberanias locais. Com efeito, diferentemente da América Central e do Caribe, a América do Sul não tem sido historicamente alvo de intervenções estrangeiras, sendo que os próprios Estados Unidos abriram

mão, desde o começo do século XX, das estratégias de intervenção direta na região, em favor de uma estratégia de penetração econômica (Buzan e Waever, 2003, p. 310).

Tendo em vista que a continuada destruição da floresta parece ser o gatilho que dispara a dinâmica securitária, pode-se argumentar que o aprofundamento da soberania dos países amazônicos – especialmente a soberania voltada para dentro, isto é, a efetiva capacidade dos Estados de fazer valer o império da Lei sobre seus territórios, notadamente no combate ao desmatamento – deve conduzir a uma progressiva dessecuritização ambiental da Amazônia, interrompendo assim o ciclo vicioso atualmente em andamento. Por outro lado, o aprofundamento da soberania nesses Estados deve favorecer um enquadramento jurídico claro e efetivo da atividade dos atores não-estatais (cientistas, empresas e ONGs), reduzindo sua percepção como ameaça entre as sociedades amazônicas.

Referências bibliográficas

- BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**, Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BUZAN *et alli*, **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner publishers, 1998.
- ____ & WAEVER. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: University Press, 2003.

Recebido em 24/01/2010

Aprovado em 26/01/2010

Resumo: A dinâmica de securitização da Amazônia opõe de um lado o setor ambiental e, de outro, o setor político.

Abstract: Amazon forest securitisation dynamics opposes from one side the environmental sector and, from the other, the political sector.

Palavras-chave: Amazônia; securitização; dessecuritização

Key words: Amazon forest; securitisation; dessecuritisation

Oportunidades para Cooperar nas Relações Brasil-EUA

Opportunities to cooperate in USA-Brazil relations

DIEGO ARAÚJO CAMPOS*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 36 a 37]

Como sugeriu a secretária de Estado Hillary Clinton em sua primeira reunião com o ministro Celso Amorim, no final de fevereiro de 2009, não será por falta de oportunidades para cooperar que os governos Obama e Lula deixarão de trabalhar juntos.

A presença de ambos os países no G-20 financeiro significa importante fórum para convergência dos interesses brasileiro-americano no âmbito multilateral. Por certo, o G-20 também representa importante meio de se combater o protecionismo por meio do diálogo e de ações concertadas.

A necessidade de conter as pressões protecionistas, que se multiplicaram com a crise, foi proclamada na primeira reunião de chefes de governo do G-20, realizada em novembro de 2008, em Washington. Desde então, vários países-membros do grupo, entre eles os EUA, a União Européia e a Argentina, ignoraram o compromisso e adotaram leis e normas protecionistas. A cláusula *Buy American*, do pacote de estímulo de quase US\$ 800 bilhões aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos e sancionado por Obama em fevereiro de 2009, estipula que os produtos de ferro e aço e os demais manufaturados usados em projetos de infraestrutura, financiados pelo pacote, devem ser de origem americana.

No âmbito da Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), não há indícios sobre o desejo de retomada das negociações e é improvável que o ambiente político doméstico permita que isso aconteça antes de a economia começar a dar sinais de vida. A administração Obama já assinalou que a liberalização de mercados dos grandes países emergentes, especialmente China e Índia, é pré-condição para avanços em negociações globais.

Em 2009, o Brasil foi autorizado pelo Orgão de Solução de Controvérsias da OMC a adotar medidas compensatórias contra produtos norte-americanos, visto que os EUA continuam a subsidiar sua produção algodoeira. A OMC anunciou em 2009 que avaliará um caso apresentado pelo Brasil contra os EUA por supostas medidas antidumping impostas sobre o suco de laranja exportado para o mercado americano. A principal questão no caso do suco de laranja é o uso pelos EUA do sistema chamado de «zeramento» (*zeroing*, em inglês), que consiste na retirada do cálculo de dumping as transações em que os preços de exportação são maiores que os preços de venda no mercado interno do país que exporta.

Conquanto haja fricções nas relações comerciais, o Brasil beneficia-se do comércio bilateral por exportar para os EUA sobretudo produtos industrializados. Como afirmou o secretário de comércio exterior do Brasil, Welber Barral, no "XVII Encontro sobre Parceria Estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos", realizado em dezembro de 2009: "O comércio entre esses dois países é marcado por trocas intrafirmas, o que garante que nossas exportações sejam majoritariamente de bens industrializados."¹ A crise econômica internacional prejudicou, todavia, o comércio bilateral. Entre os meses de janeiro e novembro, as exportações brasileiras para os EUA somaram US\$ 114,3 bilhões, cifra 44,5% menor que a registrada no mesmo período do ano passado. Na mesma comparação, as importações de produtos norte-americanos retraíram 21,1%, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

As barreiras norte-americanas ao etanol brasileiro são um importante obstáculo ao comércio bilateral. Mesmo assim, os dois países já começaram

* Mestre Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (diegoaraujocampos@gmail.com).

1 Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9503>. Acesso em 01 jan. 10.

a cooperar na área dos biocombustíveis, quando da assinatura de um memorando de entendimento em março de 2007². Um dos objetivos do memorando é a difusão de técnicas de cultivo de cana e produção de etanol e cogeração de bioeletricidade no mundo em desenvolvimento, com ganhos potenciais para as empresas brasileiras.

Como formador de consenso, o Brasil pode ser interlocutor da aproximação entre EUA e Cuba. O Brasil, que deu os primeiros passos em favor da reintegração da ilha nos órgãos de representação política das Américas, durante a cúpula de líderes da América Latina e Caribe, realizada em dezembro de 2008 em São Paulo, foi ator de peso na revogação da resolução da Organização dos Estados Americanos (OEA), que suspendia Cuba da organização.

Na América do Sul, o Brasil apresenta-se como mediador e facilitador de diálogo entre os países, o que é de especial interesse dos EUA. Entre a retórica antiamericanista de Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Corrêa (Equador) e a pró-EUA de Álvaro Uribe (Colômbia) e Alan Garcia (Peru), o Brasil representa o mediador de posições, ao tentar evitar atitudes extremas de ambos os lados.

Como Obama é filho de um queniano, o presidente americano vê com interesse a África, assim como o Brasil de Lula³. O investimento que o governo Lula fez nas relações com países africanos e a presença significativa de empresas globais brasileiras, como a Odebrecht e a Petrobras, no continente tornam a África uma área propícia para ações coordenadas de cooperação. Duas dessas ações foram levadas adiante nos últimos três anos em projetos-piloto que o Brasil e os EUA patrocinaram em Guiné-Bissau, para o aprimoramento institucional do país, e em São Tomé, no combate à malária. A propagação do biocombustível

é uma área natural para a cooperação entre os dois países na África, além da saúde, em que o Brasil já atua e na qual existe interesse de fundações beneméritas dos EUA e de outros países.

A energia nuclear representa um tema que pode revelar-se o mais difícil e complexo das relações entre o Brasil e os EUA nos anos à frente. A visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, em novembro de 2009, caracterizou-se pelo apoio brasileiro ao desenvolvimento iraniano de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Diferentemente do Brasil, os EUA acreditam que o Irã desenvolve tecnologia nuclear para fins bélicos. Sendo assim, os norte-americanos condenam a cooperação Brasil-Irã nas mais diversas áreas.

Como visto, as relações Brasil-EUA apresentam pontos de convergência e de divergência. Ambos devem encapsular essas divergências para que não afetem as áreas de maior convergência no relacionamento bilateral. Somente assim, mais oportunidades surgirão rumo ao desenvolvimento da parceria estratégica Brasil-EUA.

Recebido em 01/01/2010
Aprovado em 06/01/2010

Resumo: O presente artigo pretende analisar convergências e divergências nas relações Brasil-EUA.

Abstract: This article intends to analyze convergences and divergences in Brazil-USA relations.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA; Política Externa Brasileira; Política Externa Americana.

Key Words: USA-Brazil Relations; Brazilian Foreign Policy; North American Foreign Policy.

2 O relacionamento bilateral tem sido marcado pelo estabelecimento de um diálogo estratégico, consolidado pela visita de Bush a São Paulo em março de 2007 e a viagem de Lula a Camp David, apenas três semanas depois. Durante a visita de Bush a São Paulo, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, que contribui para fortalecer a parceria para a expansão do etanol, com vistas ao desenvolvimento de tecnologias e à criação de um mercado global para o produto. Na véspera do encontro entre os Presidentes Lula e Bush em Camp David, o Ministro Celso Amorim e a Secretária de Estado Condoleezza Rice assinaram documento para a cooperação triangular com vistas ao fortalecimento legislativo em Guiné Bissau e Memorando de Entendimento renovando a Cooperação bilateral em Educação. Além dos encontros de alto nível, diversos Grupos de Trabalho estão em funcionamento, tais como o Mecanismo de Consultas Políticas, o Diálogo Estruturado Itamaraty-Departamento de Estado sobre Temas Econômicos, o Comitê Consultivo Agrícola, o Mecanismo de Consultas Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Departamento de Comércio (MDIC-DoC), e o Foro de Altos Executivos Brasil-EUA (CEO Forum).

3 Ver artigo *A África na Política Externa Brasileira*. Disponível em: www.diegoaraujocampos.com.br.

Do exército ao Itamaraty: a desarticulação do Estado brasileiro

From Army to Itamaraty: the endanger the Brazilian state

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 38 a 41]

Faz-se necessário um breve arrazoado para se compreender a questão a qual se refere o título deste artigo. Este texto não tem propósito de abrir polêmica nem de contribuir para debates que não tragam luz sobre questão de política nacional que ganhou dimensão nos últimos dias. Trata-se da crise que envolve a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o Executivo e o Ministério da Defesa. O início do imbróglio se deu por causa da proposta do secretário dos Direitos Humanos Paulo Vanuchi, com apoio do ministro da Justiça e oposição do ministro Jobim, da Defesa, para se rever a Lei de Anistia e procurar condenar torturadores e todos aqueles que, de alguma forma, serviram os governo de 1964 a 1985.

Lei de Anistia que no governo João Figueiredo trazia dois objetivos. Primeiro anular qualquer forte agravamento político que pudesse haver entre os "servidores do Estado", seja nas Forças Armadas ou em outros órgãos públicos, e aqueles que militavam a favor da luta armada por meio de movimentos de guerrilha, como os do Araguaia (PC do B) e a Vanguarda Popular Revolucionária, que se encarregava da versão urbana da contestação armada. Na Lei de 1979 não há distinção entre "errantes" da repressão e da luta armada. Tudo foi zerado.

O segundo objetivo, embora não ligado automaticamente ao primeiro, foi o de aproveitar o momento de pacificação política para superar o problema causado pelo feito de 13 de dezembro de 1968, com a criação do Ato Institucional 5, que desconhecia o direito de hábeas corpus e outras garantias individuais. Vale a pena recordar que foi com o fim do AI-5 que se findou também a censura sobre a imprensa, ficando algum limite de difusão sob conveniência dos

diretores das empresas de comunicação ou fruto de apelo de grupos da sociedade civil. A partir daí volta-se gradualmente à normalidade, como aprovação dos partidos políticos de grandeza nacional, a exemplo do Partido dos Trabalhadores que atualmente governa o Brasil.

O fato de haver vontade nacional para rever a história não tem demérito, cabe à contemporaneidade dar vazão ou não às suas perspectivas de revisão. Na República francesa ainda há quem queira defender ou atacar o marechal Pétan, que governara a França sob o poder do III Reich (governo de Vichi). Certamente há também as mesmas preocupações, prós e contras, em Portugal de Salazar e na Espanha de Franco. No Brasil não seria diferente sob regime de democracia e de liberdade de opinião. Mas no País o intento de reviver o passado pode ter outra coloração, a de mirar em um objeto e derrubar outro.

O resultado que pode sair dos esforços de revelar a verdade, conforme proposta do secretário Vanuchi, é o aumento da desarticulação do Estado brasileiro. Em outras palavras, paulatinamente o poder nacional brasileiro é comprometido e desmoralizado sob procuras de virtude que dificilmente encontrariam opositores, até porque o moderno político e intelectual brasileiro não carregaria com prazer a pecha de reacionário. E qual seria o propósito disso? Além de se procurar pela justiça haveria também efeitos colaterais na política nacional e na diplomacia – daí a variante internacional que a atual crise traz em seu bojo.

Porventura, se os esforços da Secretaria de Direitos Humanos, com possível apoio do Executivo, tem o fito de levar justiça para aqueles que foram vitimados pela ditadura, outro resultado poderá surgir. Diga-se

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp; atualmente desenvolve estudos pós-doutorais na área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com).

de passagem, que se trata de resultado não recente, que faz parte de um processo iniciado na segunda metade dos anos 1980, mas com efeitos que ainda perduram.

A procura de se limitar o poder nacional brasileiro, começando pelas Forças Armadas, é algo que teve início no governo de José Sarney. O objetivo era bastante compreensível, embora temerário. O fim do movimento político-militar de 1964 exigia virada de página e havia ânsia para se saber o que se devia fazer com o exército em um país que desejava ser democrático. Limitar a atuação dos militares parecia ser urgente para aquele período. Ninguém mais queria imaginar a vida política brasileira sob novas intromissões do Exército brasileiro como se ele fosse uma espécie de poder moderador na era republicana. Não deveriam mais se repetir datas como 1892, 1922, 1937, 1954, 1955 e, por fim, 1964.

Por outro lado, os fatos entre 1986 a 2009, que parecem ser apenas uma questão nacional e limitada institucionalmente têm ligação internacional e não se prende somente ao Exército. Aliás, é sempre lícito averiguar as questões internas para se perceber quais são as pressões, desejos e outros institutos internacionais que ganham ou perdem com decisões internas, seja no comércio, energia etc.

Já foi dito que o enquadramento das Forças Armadas brasileiras em um clima de redemocratização se fez urgente não somente pelo temor interno, mas também por sugestões internacionais, sobretudo após a da Guerra Fria, em que erradamente se deu a entender para as antigas potências médias, caso do Brasil, que não haveria mais por que desenvolver a grande estratégia. Grande estratégia que, certamente, pensa a evolução do poder nacional, com o bom funcionamento das Forças Armadas, bem como da tecnologia e da industrialização em moldes autônomos, dependendo do externo somente no mais sofisticado e complexo.

Ainda no final do grande embate ideológico entre o Leste e o Oeste houve quem também preferisse um novo papel para os exércitos nacionais, principalmente os latino-americanos. Havia a idéia de que sem o grande conflito mundial aqueles organismos estatais poderiam ter nova roupagem e função, a de serem

uma “gendarmerie”, desarticulado dos problemas do Estado. Vale dizer, um exército sem ser exército, mas uma polícia nacional.

Tanto no campo das Forças Armadas, almirante César Flores, quanto no campo da universidade, professores Domício Proença Junior e Eugênio escreveram textos dizendo que o enxugamento do orçamento militar a partir dos anos 1990 não deixaria de ter viés político e ideológico, inclusive para fazer com que o Brasil fosse mais visto pelas organizações internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização dos Estados Americanos. As duas primeiras se contentariam pelo fato de haver superávit primário; a segunda pela possibilidade de haver menos trabalhos nas questões mais prementes.

A ausência de um exército bem preparado e equipado é, ao mesmo tempo, uma falta do poder nacional que se vê despreparado para os reais desafios que o Estado pode encontrar, independente de haver ou não ameaça à segurança nacional – este é o histórico do Exército nacional. Mas a busca para se obter a reforma institucional, limitando e concebendo novas versões para o poder político não se limitou aos militares, também arrumou espaço no Itamaraty.

A respeito da Chancelaria a procura para se procurar reformar, ou imputar novas fórmulas que fossem condizentes com governos reformistas, digasse liberais, vêm da administração Collor de Mello e sua tentativa de afastar antigos quadros a favor daqueles mais próximos de sua plataforma. Daí se compreende o embate silencioso, mas duro, entre o ex-chanceler Francisco Rezek com o secretário-geral, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima por causa de concepções divergentes.

Qual era afinal a fórmula de Collor? Fazer com que o Itamaraty fosse mais simpático às boas novas que chegavam do hemisfério norte e de alguns agregados do sul, a exemplo da Argentina e do México do governo Salinas: liberdade de mercado, desregulamentação, privatização e preocupação com o meio ambiente. Esforços que foram um pouco quebrados por causa do período Itamar Franco que havia convidado o ministro Celso Amorim para a Casa em 1993.

Sobre isso é interessante consultar dissertação de mestrado do diplomata argentino, José Maria Arbilla (IRI-PUC-RIO) sobre duas experiências análogas no intuito, mas diferentes no resultado, a reforma conceitual do Palácio San Martín, a Chancelaria da Argentina e a brasileira, no Itamaraty. No San Martín houve reforma conceitual, adequando novos quadros às modas e apelos após Guerra Fria dando, assim, o suporte necessário ao governo de Carlos Menem para se aproximar fortemente dos Estados Unidos, e para com eles exercer “relações carnavais”.

Apesar de compartilhar o mesmo período o governo Collor não havia logrado reformar a Chancelaria da mesma forma que o vizinho em virtude da existência de uma carreira bem construída e tradicionalmente ciosa de seu valor, imune a modismos e idéias que pudessem descaracterizar a doutrina e a coerência histórico-política que o Itamaraty traz há décadas.

No entanto, da mesma forma que o Exército brasileiro, o Itamaraty também vem sofrendo “ajustes” de teor ideológico e programático que pode ser considerado uma mudança de rota, agora mais à esquerda. Isto porque se havia algo que a Chancelaria muito valorizava era sua relativa distância de embates temporais e se pretendo aquilo que mais tinha noção de permanente e relevante ao interesse nacional – interesse nacional acima de querelas governamentais e partidárias. Mesmo correndo o risco de leviandade se pode dizer que o apego exagerado da Casa à questão hondurenha traduz a alteração de comportamento, imputando valores e aceitando visões que mais atrapalham a atividade exterior do que contribui para bom trabalho.

O que se vê em Honduras se reflete no Brasil, a palavra escrita e lavrada perde valor. O que as instituições pregam para que haja o equilíbrio político tão necessário corre risco de não existir justamente para dar azo a desejos anacrônicos, embora compreensíveis. O Itamaraty dá a entender que não consegue se divorciar do imbróglio hondurenho, mesmo que haja sinais claros de que a Constituição daquele país e sua população aprovem novas medidas para se ter a tão querida paz. Desejam-se boa sorte a Zelaya para que ele faça sua parte, abra espaço para

quem foi escolhido em eleição livre e observada pelas Nações Unidas.

Por caminhos distintos a sorte por que passa o Exército nacional não difere muito da Chancelaria. A arma de terra se enquadra em um tipo de revisão histórica que mais guarda conveniência com desejos internacionais do que domésticos. A desmoralização do Exército não ajuda a se fazer justiça; ajuda sim a fazer cisão, até àqueles que não serviram a ditadura, caso do ministro Jobim. Em outro caso, a alteração programática do Itamaraty tampouco contribui para a positiva inserção internacional do Brasil. Difícil haver inserção internacional respeitosa sem um exército confiante e um corpo diplomático coeso, sem partidos.

O desejo de se enquadrar as Forças Armadas, em especial o Exército, não é diferente daquele de o reduzir a uma polícia melhorada, sem resguardo político para exercer sua real função. Em princípio, se esse intuito ganhar corpo haverá quem goste dessa operação. Nos Estados Unidos haverá quem concorde com isso, assim como na Europa Ocidental, em muitas organizações não-governamentais e internacionais. A questão é saber qual vantagem terá o governo Lula da Silva e seus descendentes diretos. Será tudo isso um passaporte ao reconhecimento internacional? Se for assim seu governo não guardará grande distância de seu antecessor, embora o presidente se ampare em uma administração à esquerda, como alega ser.

No projeto do secretário Vanuchi, e contestado por Jobim, há o desejo de se modificar, inclusive, nomes dados a ruas, rodovias, patrimônio público que lembre quem tenha trabalhado para a ditadura, independente da qualidade do trabalho e de sua contribuição para o Brasil. Nessa seara, a rodovia Castelo Branco, em São Paulo, deverá ser renomada, em hipótese. O mesmo destino deverá ter o embaixador Ítalo Zappa, grande arquiteto do reconhecimento de independência da África lusófona nos anos 1970, mesmo que o saudoso diplomata tenha se firmado como homem simpático na construção do Terceiro Mundo, em Cuba, na China e no Vietnã seu nome deverá ser retirado de escola pública no Rio de Janeiro.

Para concluir. Em entrevista feita em 1997 o assessor especial de relações internacionais para a

Presidência, Marco Aurélio Garcia, afirmara que Roberto Campos se tornara errante pelo fato de ter servido ao governo Geisel como embaixador em Londres em 1974. Seguindo esse raciocínio, Ítalo Zappa, Paulo Nogueira Batista, Severo Gomes, Petrônio Portela, Bautista Vidal, Rogério Cerqueira César, Andrada Cerpa e outros, "devem" se redimir pela ligação com os governos militares, mesmo que tenham procurado dar o melhor deles. Seja nesta vida ou na outra.

Recebido em 05/01/2010
Aprovado em 07/01/2010

Resumo: Este artigo tenciona compreender os efeitos da política de direitos humanos no poder nacional brasileiro.

Abstract: This article intents to show the human right policy effects over the Brazilian national power.

Palavras-Chave: Exército Nacional. Itamaraty. Poder
Key-Words: National Army. Itamaraty. Power



Cinqüenta anos do acordo de cooperação e segurança entre o Japão e os EUA: momento de reflexão

50th Years of Treaty of Mutual Cooperation and Security Between Japan and The United States of America: Moment of reflection

ALEXANDRE RATSUO UEHARA*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 42 a 45]

No dia 19 de janeiro o “Acordo de Cooperação e Segurança entre o Japão e os EUA” completa 50 anos, porém, no momento, não é só de comemoração. Com a ascensão do Primeiro Ministro, Yukio Hatoyama do Partido Democrata do Japão (PDJ), em 16 de setembro de 2009, as relações entre Tóquio e Washington passaram a apresentar pontos de tensão. Hatoyama fez sua campanha defendendo modificações na política externa, incluindo as formas de relacionamento com o seu principal parceiro desde o final da II Guerra Mundial, os EUA. Entre os assuntos mencionados estão uma maior independência da política externa japonesa e o remanejamento das bases militares norte-americanas em Futenma, Okinawa.

No manifesto eleitoral, o PDJ se comprometeu em “desenvolver estratégias de política externa pró-ativas e construir uma aliança entre o Japão e os EUA próxima e igual” e “estabelecer mecanismos de cooperação intraregional na região da Ásia-Pacífico com o objetivo de formar uma Comunidade do Leste Asiático” (Democratic Party of Japan, 2009, p.18).

Essas propostas, entretanto, podem não serem complementares, conforme análise do editor da revista Japan Echo, Takashi Shiraishi, os objetivos de se estabelecer relações igualitárias e de reposicionar as forças americanas de Okinawa, podem fazer com que Washington retire suas forças para as ilhas de Guam ou Hawai. Esse seria um dos piores cenários para o Japão, pois o país teria de dedicar mais recursos para ampliar sua capacidade defesa e estimularia o governo da China a adotar medida similar, que por

sua vez incentivaria investimentos semelhantes por outras nações asiáticas. Nesse quadro, a segunda proposta do PDJ, criar a comunidade asiática, ficaria comprometida.

Essa relação triangular EUA-Japão-China é bastante complexa, projeções apontam que a economia chinesa deverá superar a economia japonesa em 2010, passando a ocupar a segunda posição no mundo, atrás apenas dos EUA. Essa perspectiva tem gerado muitas lamentações no Japão – tanto pelos políticos como pela população – pois é mais um fator que contribui para o processo de enfraquecimento do status internacional do país, que se desenvolve desde a última década do século XX. Após o estouro da bolha econômica em 1991, o Japão passou um longo período de estagnação econômica, instabilidade política e tímida atuação internacional.

Os EUA continuam sendo a super potência em poderio militar, uma grande potência em poder político e uma importante potência econômica. Porém, seu status internacional também vem passando por um processo de enfraquecimento relativo. Particularmente, a área econômica merece particular atenção, não só pelos problemas que se avolumaram após a quebra da Lehman Brothers em setembro de 2008, mas porque vêm passando por um processo de redução da sua importância relativa na economia global. De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook Database, October 2009), em 2000 a o produto interno bruto (PIB) americano representava cerca 31%

* Alexandre Ratsuo Uehara é Doutor em Ciência Política, Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco, Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP – Coordenador da área Japão, Pesquisador Sênior do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – USP, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos Japoneses (aruehara@usp.br).

do PIB mundial, caindo para cerca de 23,7% em 2008. Nesse mesmo período, a economia japonesa também teve um grande prejuízo, vendo sua participação cair de 14,5% para 8,1% e, em contrapartida, a participação da economia chinesa subir de 3,7% para 7,1%. Os dados de 2009 ainda não estão fechados, mas é muito provável que a participação chinesa praticamente se iguale à japonesa.

**Produto Interno Bruto das 10 maiores economias (PIB – US\$ milhões)
e a participação relativa no PIB global (%)**

	País	1980	%	1990	%	2000	%	2008	%
1	Estados Unidos	2.788,12	25,8%	5.800,52	27,4%	9.951,48	31,0%	14.441,42	23,7%
2	Japão	1.070,99	9,9%	3.058,04	14,5%	4.667,45	14,5%	4.910,69	8,1%
3	China	309,27	2,9%	390,28	1,8%	1.198,48	3,7%	4.327,45	7,1%
4	Alemanha	826,14	7,6%	1.547,03	7,3%	1.905,80	5,9%	3.673,10	6,0%
5	França	691,24	6,4%	1.248,56	5,9%	1.333,38	4,2%	2.866,95	4,7%
6	Reino Unido	542,45	5,0%	1.017,79	4,8%	1.480,53	4,6%	2.680,00	4,4%
7	Itália	460,63	4,3%	1.135,54	5,4%	1.100,56	3,4%	2.313,89	3,8%
8	Rússia	n/a	-	n/a	-	259,70	0,8%	1.676,59	2,8%
9	Espanha	224,50	2,1%	520,71	2,5%	582,38	1,8%	1.601,96	2,6%
10	Brasil	162,62	1,5%	507,78	2,4%	644,28	2,0%	1.572,84	2,6%

Fonte: IMF. World Economic Outlook Database, October 2009. Disponível em: <http://www.imf.org>. Acessado em 12/jan/10

Além desse aumento da importância do PIB chinês na economia global, a importância para os americanos também foi expressiva. Os dados da U.S. Census Bureau apontam que a participação das importações chinesas no total das exportações norte-americanas para a China passou de 1,2% em 1990 para 5,4% em 2008, superando a participação japonesa que reduziu de 12,3% para 5,1%, no mesmo período. A China também superou o Japão como origem das importações norte-americanas, passando de 3,1% em 1990 para 16,8% em 2008, já a participação das exportações japonesas para os EUA caíram de 18,1% para 6,6%.

Relações comerciais dos EUA com o Japão e a China

1990						
Parceiro	Exportações (US\$ milhões)	Participação (%)	Importações (US\$ milhões)	Participação (%)	Saldo (US\$ milhões)	Participação (%)
MUNDO	393.812,20	100,0%	494.841,70	100,0%	-101.029,50	100,0%
JAPÃO	48.579,50	12,3%	89.684,00	18,1%	-41.104,50	40,7%
CHINA	4.806,40	1,2%	15.237,40	3,1%	-10.431,00	10,3%
2008						
Parceiro	Exportações (US\$ milhões)	Participação (%)	Importações (US\$ milhões)	Participação (%)	Saldo (US\$ milhões)	Participação (%)
MUNDO	1.287.441,00	100,0%	2.103.641,00	100,0%	-816.200,00	100,0%
JAPÃO	65.141,80	5,1%	139.262,20	6,6%	-74.120,40	9,1%
CHINA	69.732,80	5,4%	337.772,60	16,1%	-268.039,80	32,8%

Fontes: Foreign Trade Division, U.S. Census Bureau. U.S. Trade in Goods (Imports, Exports and Balance) by Country: Japan. Disponível em: <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5880.html>. Acessado em 12/JAN/10.

Foreign Trade Division, U.S. Census Bureau. U.S. Trade in Goods (Imports, Exports and Balance) by Country: China. Disponível em: <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Acessado em 12/JAN/10.

Foreign Trade Division, U.S. Census Bureau. U.S. Historical Series. Monthly and annual goods (Census basis) balance, exports and imports: Seasonally Adjusted, 1989 – present. Disponível em: <http://www.census.gov/foreign-trade/statistics/historical/index.html>. Acessado em 12/JAN/10.

Em 2009, pelos dados até o mês de novembro, as exportações (US\$ 46,25 bilhões) para o mercado japonês caíram ainda mais, atingindo apenas 4,8% no total das exportações dos EUA. Já as exportações para a China atingiram US\$ 61,21 bilhões, ou seja, uma participação de 6,4%. O maior destaque, porém, é a participação chinesa no déficit comercial dos EUA, que até novembro de 2009 era de 46,3% (US\$ 208,69 bilhões). Além das relações comerciais, a China se destaca também por ser o maior detentor de títulos do tesouro americano, totalizando US\$ 798,9 bilhões em outubro de 2009, ficando o Japão com a segunda colocação, com um total de US\$ 746,5 bilhões, de acordo com dados do Departamento do Tesouro dos EUA.

Diante desse quadro de interação econômica, desde a ascensão do Presidente Barak Obama, as relações sino-americanas passaram a apresentar uma reorientação. Enquanto no governo do ex-presidente George Bush elas foram marcadas por desconfianças, o novo presidente busca aproximação. Um exemplo dessa política é a iniciativa de diálogo bilateral, sinalizando que o novo governo norte-americano não tem interesse em cercear o crescimento chinês, mas sim aprofundar o relacionamento entre de Washington e Pequim (Cossa, 2010). Em abril de 2009, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e o presidente chinês, Hu Jintao, acordaram em estabelecer um pleno relacionamento de cooperação e um sinal desse interesse foi realização da reunião “Diálogo Estratégico e Econômico EUA-China”, em 27 e 28 de julho de 2009, liderada pela Secretária de Estado Hillary Clinton, Secretário do Tesouro Timothy Geithner, Conselheiro de Estado Dai Bingguo e o vice primeiro ministro Wang Qishan. Além desse evento, durante o primeiro ano de mandato de Obama, houve três encontros entre o presidente dos EUA e o presidente da China, Hu Jintao.

Todos esses fatores conduzem necessariamente a novas reflexões sobre o futuro das relações estratégicas na Ásia e o papel dos EUA na Ásia. As relações sino-americanas tornar-se-ão mais importantes que as nipo-americanas ou as relações sino-japonesas poderão enfraquecer o papel dos EUA na Ásia? Há espaços para um relacionamento trilateral estável?

No dia 12 de janeiro de 2009, em encontro entre a Secretária de Estado, Hillary Clinton, e o Ministro das Relações Exteriores, Katsuya Okada, reafirmaram a importância do acordo EUA-Japão para estabilidade regional na Ásia, porém, sem definição para a questão das bases em Futenma. Há análises que defendem a possibilidade de retirada total das forças americanas de Okinawa, pois se o atual governo de Washington não veem a China como ameaça, não há motivos para Tóquio continuar permitindo a presença das bases americanas em seu território. A decisão pela realocação das bases seria uma demonstração do governo Hatoyama do desenvolvimento de uma política externa mais independente.

A busca pelo um fortalecimento do status internacional do Japão não é um fato novo, ela vem se evidenciando principalmente a partir do governo de Junichiro Koizumi (abril de 2001 a setembro de 2006). Uma primeira ação nesse sentido foi o apoio do governo japonês às ações norte-americanas do presidente Bush de combate ao terrorismo após o atentado de 11 de setembro de 2001. Entre as medidas houve o envio da Força de Auto-defesa para o Iraque, Afeganistão e Oceano Índico, contrastando com a timidez do governo de Toshiki Kaifu (agosto de 1989 a novembro de 1991), que se recusou a apoiar as ações dos EUA na guerra do Golfo de 1991.

Os sucessores de Koizumi, apesar de mandatos curtos, mantiveram a mesma orientação, e apesar de serem de partidos concorrentes a tendência de Hatoyama, atual primeiro ministro, é de manter o objetivo de reafirmação de independência da política externa japonesa.

Portanto, nos 50 anos do “Acordo de Cooperação e Segurança entre o Japão e os EUA”, há muito que se comemorar, pois em muito do que foi conquista pelo Japão em termos de sucesso na sua inserção internacional foi graças a possibilidade de ter garantida a sua segurança pelos EUA. No entanto, é um momento importante para se pensar sobre o futuro, como será a forma e o papel do Japão nas relações internacionais neste século que se inicia.

Bibliografia

- ANDERSON, Eric C and ENGSTROM, Jeffrey G (2009). *China's Use of Perception Management and Strategic Deception*. Prepared for the U.S.-China Economic and Security Review Commission, November, 2009. Disponível em: http://www.uscc.gov/researchpapers/2009/Approved_FINALSAICS-strategicDeceptionPaperRevisedDraft06Nov2009.pdf. Acessado em 7/JAN/10
- AUSLIN, Michael (2009). *The U.S.-Japan Alliance: Relic of a Bygone Era?* Disponível em: <http://www.aei.org/docLib/The%20US-Japan%20Alliance.pdf>. Acessado em 12/JAN/10.
- COSSA, Ralph (2010). Obama on track in Asia. *The Japan Times*, January 7, 2010. Disponível em: <http://search.japantimes.co.jp/cgi-bin/eo20100107rc.html>. Acessado em 7/JAN/10
- DEMOCRATIC PARTY OF JAPAN (2009). *The Democratic Party of Japan's Platform for Government*. P.18. Disponível em: <http://www.dpj.or.jp/english/manifesto/manifesto2009.pdf>. Acessado em 13/JAN/10
- DEPARTMENT OF TREASURY (2010). Treasury International Capital System Securities (b), special data series. Statistics. Major Foreign Holders of Treasury Securities (in billions of dollars). Disponível em: <http://www.treas.gov/tic/mfh.txt>. Acessado em 12/JAN/10
- KAPILA, Subhash (2009). Japan: United States President Obama's Visit to Japan (November 13-14, 2009). *South Asia Analysis Group*, Paper no. 3508. 17-Nov-2009. Disponível em: <http://www.southasiaanalysis.org/%5Cpapers36%5Cpaper3508.html>. Acessado em 7/JAN/10.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (S/D). *Treaty of Mutual Cooperation and Security Between Japan and The United States of America*. January 19, 1960. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>. Acessado em 13/JAN/10.
- OKAMOTO, Michiro. Japan, U.S. must reaffirm alliance's importance. *Daily Yomiuri Online*, January 9, 2010. Disponível em: <http://www.yomiuri.co.jp/dy/national/20100109TDY01301.htm>. Acessado em 12/JAN/10
- QUINN, Andrew (2010). Hillary se reúne com colega do Japão para discutir base militar. *UOL Notícias*, 7 de Janeiro de 2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2010/01/07/ult729u83628.jhtm>. Acessado em 13/JAN/10
- SHIRAIISHI, Takashi (2009). From de Editor, *Japan Echo*, Vol. 36, No. 6, December 2009. P.8-10.
- US DEPARTMENT OF STATE (2009). *Closing Remarks for U.S.-China Strategic and Economic Dialogue*. July 28, 2009 Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/rm/2009a/july/126599.htm>. Acesso em 13/JAN/10
- US DEPARTMENT OF STATE (2010). *Remarks with Japanese Foreign Minister Katsuya Okada After Their Meeting*, January 12, 2010. Disponível em; <http://www.state.gov/secretary/rm/2010/01/135088.htm>. Acessado em 13/JAN/10.
- WHITE HOUSE (2009). U.S.-China Joint Statement. *Statements & Releases*, November 17, 2009. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/us-china-joint-statement>. Acessado em 13/JAN/10.

Recebido em 12/01/2010

Aprovado em 13/01/2010

Resumo: O artigo analisa as situação atual das relações entre os EUA, Japão e China.

Abstract: This article analyzes the relations among EUA, Japan and China

Palavras-chave: Segurança Internacional, Ásia, Japão

Key words: International Security, Asia, Japan



Barack Obama, Ano I

Barack Obama, the first year

ANTÔNIO LASSANCE*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 46 a 47]

Que tipo de presidente é Barack Obama? Em se tratando da presidência dos EUA, esta pergunta é normalmente respondida situando o presidente de plantão em alguma escala na galeria dos que já ocuparam a Casa Branca. Tal é a referência do debate político travado entre seus dois principais partidos e também é a base da grande maioria dos estudos sobre o presidencialismo estadunidense.

Não é difícil de se imaginar qual é a preferência do próprio Obama. Ele gostaria de estar entre os presidentes que pairam nas alturas; por exemplo, entre os quatro esculpidos no Monte Rushmore, em Dakota do Sul: Washington, Jefferson, Theodore Roosevelt e Lincoln. Entre a natural obrigação de qualquer presidente daquele país em ser suficientemente ambicioso e o risco de parecer por demais presunçoso, Obama teve a sorte de escudar-se na coincidência de ter raízes políticas no mesmo Estado de um dos presidentes da elevada galeria de Rushmore: Lincoln. Por isso, pôde tomar um trem na mesma Springfield-Illinois, onde Lincoln embarcou rumo a Washington, em 1861, e jurar na mesma bíblia do ex-presidente. Com o gesto, Obama homenageava Lincoln, mas subliminarmente homenageava a si próprio com a promessa de um novo divisor de águas na História americana.

A oposição também já escolheu sua imagem predileta a respeito do presidente Democrata: é Jimmy Carter. Para os Republicanos, Obama é um presidente cheio de planos megalômanos e resultados píftios; de retórica mudancista, mas incapaz de coesionar seu próprio partido; um presidente hesitante e concorrente ao último lugar no ranking dos agora 43 políticos já eleitos para o cargo.

Entre os dois extremos, a cada dia que passa, contado um ano desde sua posse, Obama parece destinado a ficar perigosamente próximo de Lyndon Johnson (1963-1969). Por paradoxal que seja aproxi-

má-lo de um texano branco, sem brilho comunicativo, escolhido por Kennedy como vice (na campanha de 1960) justamente para acalmar o eleitorado conservador, o fato é que Obama, assim como Johnson, vê sua presidência como o resultado não apenas de seu perfil, mas sobretudo das circunstâncias que limitam suas escolhas e de um sistema político que empareda seus movimentos. A consequência é que, terminada a lua-de-mel do presidente com a opinião pública, sua imagem distancia-se cada vez mais da autoimagem criada desde a campanha eleitoral. Foi assim com Johnson, tem sido assim com Obama.

Diferentemente de Carter, que trouxe seus amigos georgianos (ele havia sido governador do Estado da Geórgia) e tentou imprimir um estilo pessoal à condução de seu governo, Obama é mais parecido com Johnson no critério de, até agora, não ter brigado com “o pessoal de Washington” (a burocracia da Casa Branca e os responsáveis pela interlocução com o Congresso). Sacrificou certamente suas intenções pessoais e o ímpeto de seu estilo para evitar ser sabotado em suas ações. Como Johnson, manteve em postos-chave pessoas colocadas pelo seu antecessor (Gates, da Defesa, e Bernanke, no Federal Reserve – e se pode considerar na mesma linha a promoção do general Petraeus, de comandante das forças de Bush no Iraque para comandante geral das forças armadas de Obama).

Assim como Johnson, Obama foi senador antes de tornar-se presidente. A experiência foi decisiva para ambos. A desenvoltura de Johnson na relação com o Congresso é reconhecida (NEUSTAD, R. *Poder presidencial e os presidentes modernos*. Brasília/S. Paulo: ENAP/UNESP. 2008). O pragmatismo de Obama o coloca na mesma trilha. Ambos conquistaram vitórias congressuais importantes e esbarraram em forte oposição entre seus correligionários. Johnson

* Pesquisador do IPEA, doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília – UnB (lassance@unb.br).

era fustigado por Robert Kennedy. Obama enfrenta a revolta de democratas à esquerda e à direita.

Carter abriu várias frentes de combate e foi colecionando derrotas sucessivas. Obama combina uma clara agenda de prioridades, o que não o impede de realizar movimentos simultâneos. Aliás, a presidência dos EUA funciona à base de movimentos simultâneos em que as políticas interna e externa ou se equilibram mutuamente ou entram em crise sistematicamente. Não por acaso, alguns consideram que são duas presidências: uma para a política interna, outra para a política externa (tese já clássica de WILDAVSKY, "The Two Presidencies". *Trans-Action*, 1966, 4 (2), pp. 7-14). Em contraste, o que Carter preservou de mais positivo esteve relacionado à sua política externa: o apoio à política de abertura democrática na América Latina, de defesa dos direitos humanos e os acordos de paz em Camp David. Sua política interna era um desastre. Com Johnson, ocorreu o contrário: seu inferno era a política externa. Há sinais claros de que Obama pode ter o mesmo destino. A mesmice de sua política externa, mesmo que com uma retórica mais sofisticada que a de Bush, é reconhecida desde Chomsky (que é radical) a Zbigniew Brzezinski (que é Democrata).

Kissinger definiu Barack Obama (*Der Spiegel*, 6 de julho de 2009) como um jogador de xadrez que joga várias partidas simultâneas, mas que realiza um movimento de cada vez, e só então retorna para um novo lance. Johnson também sabia agir dessa maneira.

O que mais os aproxima são suas agendas. Ambos são prisioneiros de uma agenda herdada de seus antecessores: a agenda da guerra. A de Johnson, no Vietnã. A de Obama, no Iraque e no Afeganistão. Em contraponto ao desgaste externo, há uma agenda interna de expansão de direitos sociais. No caso de Johnson, ela tomou a forma da Grande Sociedade, que consistiu em programas de combate à pobreza, promoção da saúde e ações afirmativas de integração racial. No caso de Obama, a prioridade é a implementação de uma política de saúde pública com níveis de inclusão jamais alcançados nos Estados Unidos.

Não fosse a guerra, Johnson estaria na galeria dos grandes presidentes. Seria lembrado por sua votação consagradora (em 1964), não só na esteira

da popularidade de Kennedy (morto em 1963), mas pelos embates contra o neoliberalismo (ainda em sua infância) do Republicano Barry Goldwater – defensor de teses que seriam implementadas quase 20 anos depois pela presidência de Ronald Reagan. Figuraria como o maior promotor de políticas de bem-estar social desde Franklin Roosevelt (1932-1945). Poderia estar positivamente associado à conquista de direitos civis. Este não parece ser um roteiro muito diferente do desejado por Obama. O problema é que as guerras não são um mero detalhe. Elas tendem a se tornar um buraco negro capaz de sugar a atenção da opinião pública, consumir recursos preciosos do orçamento, abalar o moral da política externa norte-americana, jogar gasolina na fogueira do antiamericanismo e, claro, destroçar presidentes inteligentes e bem intencionados, como Johnson... e Obama.

Recebido em 09/01/2010

Aprovado em 12/01/2010

Resumo: Que tipo de presidente é Barack Obama? Este artigo sugere: nem Lincoln, como nos sonhos do próprio Obama, nem Carter, como os Republicanos pintam. Lyndon Johnson é o arquétipo mais próximo, devido a vários aspectos. O mais importante são as duas agendas similares: uma, em política externa, herdada, é a agenda da guerra; a outra, nas políticas públicas domésticas, se refere à expansão dos direitos sociais. Terá Obama o mesmo destino?

Abstract: What kind of president Barack Obama is? This article suggests: neither Lincoln, as in Obama's dreams, nor Carter, as the Republicans depict. Lyndon Johnson is the closest archetype due to many aspects. The most important are the similar dual presidential agendas: one, in foreign policy, is the inherited agenda of war; the second, in domestic policy, is concerned to the expansion of social rights. Is Obama going to meet the same fate?

Palavras-chave: Presidência dos EUA; Barack Obama; Lyndon Johnson.

Key words: Presidency of the USA; Barack Obama; Lyndon Johnson.



A Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância de 2009 e o Brasil

The 2009 Durban Review Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance and Brazil

BRUNA VIEIRA DE PAULA*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 48 a 50]

Ao se fazer um balanço do multilateralismo na área dos direitos humanos em 2009, pode-se chegar à conclusão que o principal evento foi a Conferência de Revisão de Durban contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância, realizada em Genebra de 20 a 24 de abril, com o objetivo de revisar a Declaração de o Plano de Ação de Durban de 2001 (DDPA). As negociações preparatórias para a Conferência foram difíceis e enfrentaram vários entraves, e o Brasil e o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) tiveram papel relevante nas negociações, para o sucesso da Conferência.

Poucos dias após o final da Conferência de Durban em 2001, cujas negociações já haviam sido conturbadas, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 mudaram dramaticamente o clima que envolvia a implementação do DDPA no mundo. Maiores preocupações com segurança acarretaram a introdução, em muitos países, de medidas e práticas excessivas, que prejudicaram a proteção e a promoção dos direitos humanos. Essas medidas tiveram impacto negativo sobre as vítimas de racismo e discriminação e aumentaram a incidência de violações. Nesse contexto, vários impasses permearam as negociações da Conferência de Revisão de Durban, dentre os quais, alguns se destacaram.

Como ocorrido em Durban em 2001, dois temas bloquearam as negociações. O primeiro consistiu nas reparações pelo tráfico transatlântico de

escravos, consideradas insatisfatoriamente resolvidas em Durban pelo Grupo Africano. O segundo era a situação da Palestina e a questão do Holocausto, que opunha, sobretudo, a Organização da Conferência Islâmica (OIC) e a União Européia (UE). Canadá, Israel e Estados Unidos já haviam anunciado que não participariam do processo de revisão, em razão das divergências havidas na Conferência Mundial em 2001 com relação ao tema do Oriente Médio.

Outro tema sensível era a difamação de religiões, que se tornou uma das principais bandeiras dos países islâmicos no processo preparatório para a Conferência. O assunto começou a ganhar força dentre os países da OIC após os ataques de 11 de setembro, tendo em vista a discriminação e os estereótipos de que os muçulmanos começaram a ser vítimas, e depois com a publicação das caricaturas de Maomé na Dinamarca. Foi, no entanto, alvo de forte resistência pelos países europeus, que argumentaram nas discussões que o conceito de difamação de religiões, que não possui base jurídica internacional em razão de ser o indivíduo sujeito de direitos humanos e não a religião, pode violar a liberdade de expressão.

O tema da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, importante para a UE e vários países do GRULAC, incluindo o Brasil, foi outro polêmico nas negociações. Isso contribuiu para o bloqueio das negociações, em razão da oposição veemente que a OIC e vários países africanos fizeram ao tema.

* Diplomata e mestranda em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBR-MRE). Este artigo não reflete posições ou opiniões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (brunaddh@gmail.com).

Assim, as negociações não avançavam tanto quanto previsto. Além disso, como em 2001, havia boatos sobre a retirada de delegações européias. O elevado grau de sensibilidade política dos temas exigia dos Estados que o seu tratamento se baseasse em parâmetros flexíveis e realistas. Neste contexto, o Brasil e o GRULAC desempenharam papel relevante, tendo atuado como mediador na busca de consensos, a fim de garantir a manutenção dos conceitos e avanços conquistados em 2001 e de impedir retrocessos.

Com vistas a salvar uma conferência que muitos previam fracassaria, ocorreram intensas consultas em Genebra, geridas por países chave no processo de negociação, dentre eles o Brasil. Além disso, realizaram-se gestões pessoais do Conselheiro Yuri Boichenko, diplomata russo presidente do grupo de trabalho encarregado de negociar o documento final, e da Alta Comissária para os Direitos Humanos Navanethem Pillay, que lançou equilibrado documento de contribuição para o processo de revisão de Durban a fim de negociar linguagem consensual que permitisse um documento aceitável por todos.

Como conseqüência, as delegações começaram a adotar posturas mais construtivas e flexíveis. Isso permitiu a produção de nova versão da proposta de documento final, mais reduzida e em que os temas contenciosos haviam sido equacionados, que foi acordada em Genebra pelos países ainda na semana anterior ao início da Conferência.

No entanto, o ambiente da Conferência não foi de tranqüilidade. Já no dia 20 de abril, durante a abertura, o Presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad, realizou discurso que criticava fortemente Israel, o que levou a que delegados europeus se levantassem e se retirassem da plenária. O discurso do presidente iraniano foi bastante criticado internacionalmente, inclusive pelo Itamaraty.

O Brasil, assim como várias das delegações presentes na Conferência, criticaram também os países que se retiraram da plenária, assim como os países que se recusaram a participar da Conferência de Revisão de Durban, usando, de modo geral, a justificativa de que o documento final reafirmava o DDPA: Estados Unidos, Israel, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Alemanha, Países Baixos e

República Tcheca. Em seu discurso de abertura, o Brasil afirmou *"ausentar-se do processo negociador é render-se à tentação do não-diálogo. É negar-se à mudança. O processo multilateral não pode ser refém de atitudes desta natureza. (...) É inexplicável e inaceitável a ausência de alguns países. Abandonar Durban é desviar-se do longo caminho que trilhamos desde a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Brasil jamais estará ausente de debates e de compromissos em favor do combate à discriminação."* As reações dos países ao discurso do presidente iraniano demonstram que, embora a Conferência de Revisão de Durban tivesse como objetivo a eliminação do racismo, sempre esteve sob a influência de agendas outras agendas, que dizem respeito a realidades de poder e aos interesses dos países.

No entanto, pode-se considerar que a Conferência foi bem sucedida. Logrou aprovar documento final que, conquanto não contemple todas as demandas individuais dos Estados, foi considerado, pelas delegações de forma geral, bastante equilibrado. Teve ainda o mérito de não singularizar nenhum país específico, o que evita a polarização e a seletividade nos debates e ações que visam à eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas correlatas de intolerância. Além disso, apesar das dificuldades de negociação ao longo do processo preparatório e dos debates polarizados, não houve retrocessos em relação ao DDPA, reafirmado no parágrafo 1 do texto final, e foi possível alcançar avanços. A Alta Comissária ressaltou ainda como positivo alguns dos países que haviam se retirado do processo de revisão haverem indicado, posteriormente, apoio ao texto adotado.

Para o Brasil, a Conferência foi exitosa. Além da sua própria realização, em si fato importante para qualquer país com população negra, o documento final abrangeu ainda as prioridades para o País, assim como as principais demandas da América Latina e do Caribe. O texto adotado garante a proteção de afrodescendentes, povos indígenas, migrantes, mulheres, crianças, pessoas portadoras de HIV/AIDS e de deficiência; reconhece a discriminação múltipla ou agravada, reafirma a incompatibilidade

entre democracia e racismo; ressalta a promoção dos direitos à saúde, à educação e outros direitos econômicos, sociais e culturais; ressalta a necessidade da implementação de ações afirmativas, da produção de dados desagregados e de indicadores para medir a desigualdade racial, da participação da sociedade civil e da cooperação internacional.

Recebido em 15/01/2010
Aprovado em 18/01/2010

Resumo: O artigo discute o difícil processo negociador da Conferência de Revisão de Durban de 2009 e o papel do Brasil.

Abstract: The article discusses the difficult negotiating process of the 2009 Durban Review Conference and Brazil's role in it.

Palavras-chave: direitos humanos, racismo, Brasil
Key words: human rights, racism, Brazil



O Uruguai e o Mercosul: novos desafios de José Mojica

Uruguay and Mercosur: new challenges of José Mojica

PEDRO ERNESTO FAGUNDES*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 51 a 53]

A recente eleição presidencial uruguaia consagrou nas urnas o candidato da Frente Ampla, José Pepe Mojica, ex-guerrilheiro que contou com o apoio do atual presidente Tabaré Vázquez. Em uma de suas primeiras entrevistas para a imprensa brasileira, o presidente eleito do país cisplatino tratou de um assunto de importância estratégica para a integração regional da América do Sul: o Mercosul.

Contudo, antes de tratarmos dos pontos centrais da entrevista é importante apresentarmos a trajetória do novo presidente do Uruguai. Carlos Mojica além do discurso moderado durante a campanha tem outro ponto em comum com outros chefes de Estado sul-americanos. Da mesma forma que Michelle Bachelet (Chile) e Lula (Brasil), Mojica esteve na linha de frente da resistência contra a ditadura militar em seu país.

O golpe militar foi um artifício amplamente utilizado durante as décadas de 1960 e 1970 em toda a América Latina. Apesar de ser considerada a "Suíça sul-americana" por conta de seus índices sociais positivos e de sua estabilidade política o Uruguai acabou entrando do círculo vicioso da onda anti-comunista adotada pelo governo norte-americano durante o período da chamada Guerra Fria. (FICO: 2008)

A preocupação em eliminar possíveis focos de "contaminação comunista" continuou norteando as manobras norte-americanas ainda durante a administração de Richard Nixon (1969-1974). Haja vista, que durante a década de 1970 foram realizados golpes militares no Chile (1973) e Argentina (1976), todos com o total apoio do governo norte-americano. Foi exatamente nesse cenário que ocorreu, em 1973, um golpe militar no Uruguai.

Como resposta ao regime de exceção um grupo de militantes de esquerda, entre eles o jovem Pepe Mojica, passou a intensificar ações guerrilheiras do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T). (COGGIOLA:2001). Por conta de sua atuação política, o presidente eleito do Uruguai foi baleado inúmeras vezes e passou vários anos na cadeia. Com o retorno do governo civil, em 1985, Mujica transformou-se em um dos líderes da Frente Ampla, coalização eleitoral de centro-esquerda pela qual elegeu-se senador e, recentemente, presidente da república.

Apesar de suas dimensões reduzidas o Uruguai sempre ocupou uma posição de destaque na América do Sul. Antigo Vice-reino da Prata, esse país esteve no centro de disputas territoriais até conseguir sua independência em 1828, depois da Guerra Cisplatina. No campo econômico o país notabilizou-se no setor agrícola e pastoril, tornando-se importante fornecedor de seus vizinhos e de países europeus. Sua posição estratégica na saída da bacia do rio da Prata tornou o Uruguai um país naturalmente voltado para o mercado externo. (AQUINO: 2001). Tanto que em 1960 sua capital foi o local da assinatura do Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Essa organização enfrentou muitas dificuldades, além desta questão, comum em todas as integrações, questões próprias da região acrescentavam dificuldades ao processo. A América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1970, viveu uma época de grande instabilidade política.

Por outro lado, os países da região já estavam empenhados em uma política de substituição de importações para promover o crescimento interno, o que

* Doutor em História Social pelo Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Professor do Centro Universitário São Camilo – ES (pefagundes@uol.com.br).

acarretou o surgimento de um conjunto de barreiras tarifárias, fato que colaborou no fracasso desse projeto integracionista. Em decorrência de divergências e de diferenças de caráter econômico, a ALALC foi substituída por outra organização. (HERZ:2008).

Em 1980, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ocupou o lugar da ALALC. Esse novo esforço de integração contava entre seus membros com Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O objetivo comum era desenvolver ações e iniciativas para a efetiva construção de um mercado comum regional.

Para tanto, previu-se como mecanismo básico a criação de uma zona de preferência tarifária regional, observando-se especialmente os interesses dos países de menor desenvolvimento. A ALADI pretendia ainda colaborar no estabelecimento de acordos bilaterais, pelos quais os países envolvidos poderiam aprofundar as concessões feitas globalmente, desde que se permitisse a adesão de outros Estados integrantes da ALADI.

Diversos problemas dificultaram a implementação desse mercado comum regional. Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento pleno desse projeto foi a crise econômica mundial que gerou um ambiente marcado pela recessão e por altos índices de inflação durante os anos de 1980 no sub-continente.

Nessa mesma época a América do Sul começa um processo de redemocratização de seus regimes. Apesar dos resultados extremamente tímidos alcançados pela ALALC e dos limites da ALADI, o Uruguai voltou a apostar na integração regional. (MENEZES:2006). Dessa forma, no início da década de 1990 o Uruguai foi um dos signatários do Tratado de Assunção que visava a criação de um Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Os governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai também participaram das negociações para o estabelecimento do Mercosul. O planejamento previa que todos os membros do mercado comum assumissem os seguintes compromissos:

a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegá-

rios e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

- b) estabelecimento de uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e a coordenação de posições em foros econômicos/comerciais regionais e internacionais;
- c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os países-membros;
- d) e o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Apesar dos limites econômicos e das dificuldades na integração de economias tão diferentes, o Mercosul representa – até o momento – avanços na tentativa de articulação dos países da região. Inclusive outros países da América do Sul acabaram aderindo ao bloco como membros-associados, entre eles Chile, Bolívia, Peru e Equador.

Em uma de suas primeiras entrevistas a imprensa brasileira José Mujica falou, entre outros assuntos, na busca da completa inserção do Uruguai no mundo globalizado. Mujica reconhece as limitações pelo fato do país ter sua economia baseada na agricultura e na pecuária. Mesmo assim as expectativas em relação ao futuro são as mais positivas, especialmente nos investimentos na área educacional.

Em relação às resistências internas ao livre comércio com os outros países do cone sul, Mujica procura enfatizar que existem setores da oposição uruguaia que são contrários aos movimentos de aproximação com as outras economias da região, sobretudo, com o Brasil e a Argentina.

Na entrevista o presidente eleito do Uruguai esclarece que a integração regional continuará sendo privilegiada durante sua administração. Mesmo em detrimento de setores da oposição que defendem

uma maior diversificação do governo com outros blocos, sobretudo, com a União Européia e os EUA.

Outros pontos levantados na entrevista são sobre a necessidade de uma integração que não fique restrita apenas à esfera mercantil. Para José Mujica, o Mercosul precisa caminhar no sentido de uma integração nas áreas de ciência, tecnologia, educação e na infra-estrutura. O presidente da antiga “banda oriental” defende, por exemplo, um maior intercâmbio entre os setores energéticos e de comunicações da região.

Essa entrevista serve para ratificar que a posição do governo do Uruguai sobre o processo de integração regional não deverá sofrer mudanças radicais. A trajetória política e a moderação no discurso de José Mujica somada à vocação para o mercado externo do país são fortes indicativos que, a partir da posse do novo presidente, para o governo de Montevideú, o Mercosul estará definitivamente caminhando para uma plena integração mercantil, tarifária, cultural e política.

Referências bibliográficas

- AQUINO, R. et al. *História das Sociedades Americanas*. São Paulo: Record, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

FICO, Carlos. *O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HERZ, Mônica. Carta da OEA (1948). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da Paz: os tratados que desenharam o planeta*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Integração Internacional: os blocos econômicos nas relações internacionais*. São Paulo: Campus, 2006.

Recebido em 07/01/2010
Aprovado em 11/01/2010

Resumo: Este artigo analisa trechos de uma entrevista de José Mujica, presidente eleito do Uruguai. O trabalho aborda questões relativas a integração regional, especialmente, o Mercosul.

Abstract: This paper analyzes excerpts from an interview of José Mujica, president-elect of Uruguay. The job aborts issues relating to regional integration, especially Mercosur.

Palavras-chave: Relações internacionais; Uruguai; Mercosul.

Keywords: International relations, Uruguay, Mercosur.

